

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

FISSURA DA RUA
Corpo e ritual de uso de droga injetável entre meninos de rua

Cristiano Gregis

Dissertação de mestrado

Orientadora: Dra. Daniela Riva Knauth

Porto Alegre, Fevereiro de 2002.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social

FISSURA DA RUA
Corpo e ritual de uso de droga injetável entre meninos de rua

Cristiano Gregis

Dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para obtenção do título de mestre.

Orientadora: Dra. Daniela Riva Knauth

Porto Alegre, Fevereiro de 2002.

Resumo

O presente estudo etnográfico aborda o cotidiano de “meninos de rua” em um território da cidade Porto Alegre e busca interpretar os danos decorrentes do consumo inadequado de drogas e a epidemia de hiv/aids entre os sujeitos. Os dados são fruto de observação participante, com uma regularidade quase que semanal, de trinta e cinco sujeitos encontrados na rua em períodos alternados, de outubro de 2000 a julho de 2001. O estudo parte da construção do problema “meninos de rua” como uma imagem ambivalente que será montada nas relações dos sujeitos com os outros. Em seguida, são descritas as táticas de obtenção de recursos e montagem de *mocós*, destacando a precariedade desse território e a itinerância dos sujeitos. Esse território e a imagem de “meninos de rua” inscrevem nos corpos dos sujeitos os códigos do abandono e da doença, em particular dos danos decorrentes do consumo inadequado de drogas e da infecção pelo hiv/aids. Os resultados apontam para um cotidiano que traz muitos danos à saúde dos sujeitos, danos que são intensificados como códigos da rua através do ritual do uso de drogas.

Palavras chaves:

1. Meninos de rua
2. Drogas
3. Território da rua

Abstract

This ethnographic study focuses on everyday living of homeless children, *meninos de rua*, in part of the urban territory of Porto Alegre, in an attempt to understand the hiv/aids epidemic and any damage upon the subjects that may result from inadequate drug consumption. The data here presented is the result of participant observation of thirty-five children found at different moments on the street; the observation was made almost weekly, beginning October 2000 and going through July 2001. The study begins by constructing the *meninos de rua* (homeless children) problem, as an ambivalent image that shall be made based on the relations between the subjects with one another. Secondly, we describe the schemes and tactics for obtaining resources and for building *mocós* (hideouts), emphasizing both how fragile this territory is and how the subjects are itinerant. The subjects' bodies are inscribed with abandonment and disease codes – especially damages resulting from inadequate drug consumption and the hiv/aids infection – by this territory and by this image of *meninos de rua* (homeless children). The results of the present study reveal a health damaging lifestyle of these subjects, damages that are intensify like street codes in the drugs use ritual.

Keywords

1. *Meninos de rua* (homeless children)
2. Drugs
3. Street territory

“Muitos homens dizem que querem saber a verdade, que querem saber como é, efetivamente, o mundo em que vivem. No entanto, observando com mais rigor, revela-se com freqüência que o mundo, tal como ele é realmente, está longe de corresponder aos desejos humanos. Quando se apercebem disso, muitos homens ficam assustados com a verdade e recuam. Preferem embalar-se nos seus sonhos e enganar-se a si próprios. Esta é, de fato, uma das questões centrais da existência humana: será que se quer ver o mundo, na medida do possível, como ele é realmente, mesmo quando se revela pouco satisfatório do ponto de vista emocional, e se verifique que não está feito como se desejaria? Ou preferimos envolver-nos nos nossos desejos e ideais como num agasalho quente que nos protege do frio da vida, correndo o risco de que a realidade não desejada irrompa um dia, subitamente, nos sonhos acalentadores, de modo a termos depois de continuar a viver amargurada, desiludida e cinicamente dos sonhos perdidos e dos ideais carcomidos e despedaçados?”

Nobert Elias, A condição humana

Dedico esse estudo:
ao abraço inesperado de Franjinha numa noite de dúvida
que me fez redutor de danos;
a experiente trabalhadora social que ouviu sobre o abraço e disse
para que escrevesse, o que me inspirou a realizar esse estudo;
e a todos que abandonam suas certezas ao receber um abraço,
que certamente farão um boa leitura.

Agradecimentos:

A orientadora Prof. Dra. Daniela Rivas Knauth pela liberdade e apoio integral na
realização dessa dissertação;
A toda equipe do Projeto de Redução de Danos pela amizade e luta pelos direitos
dos usuários de drogas;
A meus pais, irmãos e amigos que torceram pelo sucesso desse trabalho.
A Silvia, por sua sensibilidade e força no trabalho com os meninos;
Aos colegas e professores do Programa de Pós-graduação em Antropologia
Social pelas discussões nos seminários que foram fundamentais para minha
formação como antropólogo;
A Banca do Mauro e seu proprietário pelos préstimos e auxílios bibliográficos;
Em especial aos guris da rodoviária por acolherem com amizade e paciência
alguém de um mundo tão diferente.

SUMÁRIO

PRÓLOGO	1
1. UM NOVO CAMINHO	3
O novo ofício.....	5
A construção do objeto.....	5
Os sujeitos	6
A ética da pesquisa e a ética no campo.....	9
O método etnográfico.....	11
O itinerário	15
2. “MENINOS DE RUA”, UM PROBLEMA SOCIAL	17
2.1. A sociedade brasileira e a história social da criança pobre	18
2.2. A imagem dos “meninos de rua”	25
3. O MUNDO “DA RUA”	29
3.1 A cidade e os territórios	30
Etnografias de territórios marginais.....	32
3.2. O território da rodoviária	33
Os mocós	37
3.3. Ideologias, precariedade e itinerância	39
4. O CORPO “DA RUA”	41
O corpo nas relações com os outros	41
O corpo nas relações entre as redes de “meninos de rua”	45
O corpo nas relações entre pares.....	49
O corpo “da rua”	51
5. JOGO DE AGULHAS: APARELHOS DE ENCARNAÇÃO	54
5.1. A performance ritual.....	56
5.2. Tomar uma dose, o ritual do uso de cocaína injetável.....	57
A preparação dos objetos e substâncias.....	58
Os <i>aparelhos</i> de encarnação	60
O <i>mal</i>	63
<i>Dar um tempo</i>	65
5.3. A fissura da rua.....	66
6. O PERCURSO	70
EPÍLOGO	73
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	77

PRÓLOGO

No caminho em direção à estação rodoviária resolvi, junto com minha parceira Silvia, procurar pelo Guinho, mas não o encontramos. Já próximos da estação vimos Myke com outro garoto, e fomos falar com eles. O pequeno Myke pedia dinheiro e queria que eu lhe comprasse comida. Perguntei-lhe porque não havia ido para o Mapa, instituição que freqüentava regularmente e onde fazia uma refeição, mas não fez questão de responder. Minha parceira, que trabalhava naquela instituição, comentou o problema que levava o menino a ir para rua: o alcoolismo dos pais.

Os meninos nos levaram para o *mocó*, pois estavam interessados em seringas novas que pudéssemos oferecer. Já na entrada, um cano jorrava água que alagava o amplo pavilhão sem teto e em escombros que era a nova habitação deles. Bitão, Franjinha e um menino mulato estavam em uma sala no fundo, suas seringas preparadas para o consumo de doses de cocaína. Bitão estava com uma crosta de sangue velho nos lábios. Questionei a origem e ele contou que havia lambido o sangue que escorrera na última vez que injetara cocaína. Os outros meninos vieram falar conosco, deixei umas quinze seringas e outros equipamentos com eles e mais dois adolescentes que apareceram ali, os quais já conhecia do *mocó* do André.

Mostrei ao Franjinha a importância de limpar o lugar de aplicação da droga pegando um *swab* para usar em seu pequeno braço. Havia uma camada de sujeira tal que mesmo o algodão embebido em álcool não foi suficiente para limpar o local de aplicação: uma veia machucada. Contei-lhes do caso de um menino,

conhecido deles, que havia tido um choque séptico e quase morrera, explicando que ele havia colocado sujeira para dentro dos *canos* .

Após as reclamações para ganhar mais seringas, procurei explicar qual era a finalidade do nosso trabalho: redução de danos. Expliquei que fazia aquilo para que eles se *fudessem* menos com o consumo da droga, não pegando a *tia* ou outras doenças. Disse que, apesar de não concordarmos com o consumo da droga, não queríamos que eles pegassem doenças usando *aparelhos* velhos.

Entreí na sala pequena e suja onde Bitão e os outros meninos estavam *tomando* suas *doses*. Ele, que sabia ser HIV positivo, disse que quando *tomava* dose à noite ficava mal e sangrava pelo nariz. Ainda me mostrou na parede as marcas de sangue provenientes de uma cusparada sua. Procurei passar meu sentimento em relação à situação dele, dizendo que me importava, que o queria vivo e com saúde. A doença estava estampada em sua cara, mostrando a face negra da AIDS e do consumo inadequado¹ de drogas.

Dali, eu e minha parceira fomos desprezar as caixas cheias de seringas usadas em um *container* de lixo no Hospital Beneficência Portuguesa. Voltamos para a Unidade Operacional Centro da FASC para pegar nossas bolsas. Nos sentíamos mal com o que tínhamos visto. A viagem pelo inferno das drogas havia recomeçado.

Cristiano Gregis

Dezembro de 1998, Redutor de Danos.

¹ Utilizo a expressão “danos decorrentes do consumo inadequado de drogas” em virtude do posicionamento em relação às ações de redução de danos direcionadas a esta população que compreende o consumo de drogas como um fator em si não causal para os danos à saúde verificados entre os usuários, e sim as técnicas construídas dentro de um sistema social que estigmatiza o consumidor de drogas ilícitas e estimula o consumo de drogas lícitas.

1. UM NOVO CAMINHO

Este estudo antropológico teve seu início em alguma noite do ano de 1998, quando voltava de um encontro com pessoas, ainda jovens em idade, nas ruas do centro de Porto Alegre. Na época, aprendia o ofício de “Redutor de Danos”, abordando usuários de droga injetável em locais de uso e propondo o consumo mais seguro de drogas através de equipamento estéril individual para injeção. Preservativos eram distribuídos para incentivar o sexo mais seguro, dentro do objetivo maior do Projeto de Redução de Danos², vinculado à Política de Controle de DST/AIDS da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, que era o de prevenir a infecção pelo vírus HIV junto àquela população.

Naqueles encontros semanais, me familiarizava com o cotidiano de pessoas que, muitas vezes, passavam o dia ocupadas em angariar recursos para adquirir a próxima dose de cocaína. Conheci Usuários de Droga Injetável (UDIs³) em diferentes bairros da cidade de Porto Alegre, onde observava os locais de uso da droga. *Mocós, bretes, laboratório* são alguns dos nomes utilizados para falar dos lugares - como casas abandonadas ou semi-ocupadas, galerias escuras, buracos em estruturas de rodovias, acampamentos em meio à vegetação, entre outros - onde o uso de drogas é realizado. Logo percebíamos que a intervenção sobre esses locais alterava também o modo como as pessoas se cuidavam. A negociação de diferentes formas e lugares para o armazenamento de seringas e equipamentos para injeção usados, com o objetivo de troca por equipamentos

² Para saber mais sobre a estratégia de trocas de seringas e o projeto de Porto Alegre sugiro consultar a obra: BASTOS, Francisco Inácio, MESQUITA, Fábio, MARQUES, Luis Fernando, (orgs.) *Troca de seringas: ciência, debate e saúde pública*. Brasília: Ministério da Saúde, 1998.

³ Essa denominação era utilizada pelos membros da equipe e fazia referência ao “personagem epidemiológico” que surge com o avanço da epidemia de HIV/AIDS, além de tentar romper com a patologização e moralização de categorias como *drogado* e *viciado*.

estéreis, era parte de uma relação que se intensificava com nossa presença nos locais de uso de droga.

O cuidado profissional, objeto de trabalho da enfermagem, era o cerne da minha preocupação naquele momento em que concluía o curso de enfermagem e desenvolvia minha monografia de conclusão⁴. Ali já encontrava-se o núcleo desta dissertação. Ao mesmo tempo em que me afastava de uma leitura positivista dos problemas de saúde, nas observações anotadas em tempestuosos diários de campo cada vez mais me aproximava da antropologia.

Na época, desenvolvia a prática de enfermagem transcultural proposta pela enfermeira-antropóloga Madeleine Leiniger⁵, que desenvolvia em sua teoria, baseada na premissa da universalidade do cuidado humano, as bases para o cuidado profissional, considerando as práticas tradicionais e étnicas de cuidado.

Enquanto isso, UDIs que conhecíamos realizavam o exame diagnóstico para o vírus da AIDS, o HIV, e muitos se descobriam portadores do vírus. Encontrava muita dificuldade no trabalho de enfermeiro-redutor de danos, ao considerar a visão de mundo e os respectivos conhecimentos, técnicas e a sensibilidade dos UDIs acessados pelo projeto. Se, por um lado, a disponibilização de material estéril para o uso mais seguro de droga injetável, em troca de seringas e agulhas usadas, foi se tornando uma estratégia viável, por outro, minha formação enquanto enfermeiro clamava pelo uso mais eficiente do material disponibilizado, entre outros cuidados que fossem culturalmente adequados. Naquele momento faltavam ferramentas para análise e observação sistemática.

⁴ Gregis, Cristiano. Cidade dos Inocentes: a atuação de enfermagem numa perspectiva transcultural no projeto de redução de danos de Porto Alegre. Monografia apresentada para a conclusão do curso de enfermagem. São Leopoldo, 1999

⁵ LEINIGER, Madeleine M. *Care: The essence of nursing and health*. Detroit: Wayne State University Press, 1988.

O novo ofício

A busca pela formação em antropologia social se deu a partir das insuficiências apresentadas pela abordagem positivista das ciências biomédicas aos problemas de saúde, ou seja, o modelo centrado na doença enquanto entidade universal. Não buscava apenas escapar da “dureza” do fato biológico de novos casos de infecção pelo HIV, dos danos à integridade física que anunciavam a morte das pessoas com quem trabalhava, e ver a leitura que os grupos que observava faziam do fenômeno, mas também realizar a crítica cultural do consumo de drogas em nossa sociedade.

Se antes andava pelas ruas como redutor de danos e enfermeiro, agora andava como aprendiz do ofício de antropólogo. Precisei de novos referenciais.

A construção do objeto

Agora teria de construir meu objeto de trabalho de forma a relacionar todos os elementos da “realidade”⁶, um processo lento que foi se desenvolvendo ao longo de toda a pesquisa. O lugar de poder conferido pela academia exige esta formulação, o que traz certa tensão com o ideal antropológico de buscar a totalidade, o “fato social total” maussiano, e escapar da ideologia individualista moderna e seu corolário nominalista⁷.

Ao definir como sujeitos da pesquisa uma rede de “meninos de rua”, como delimitarei a seguir, dois elementos se tornam foco da análise. O primeiro é a construção social do problema⁸ do “menino de rua” como uma imagem dialética no cotidiano da cidade, que é continuamente montada na relação com o outro.

O segundo foco é o que denomino “mundo da rua”, ou seja, o território com códigos próprios dentro da fragmentada experiência da cidade. É nesse território

⁶ Bourdieu, 2000.

⁷ Dumont, 2000.

⁸ Bourdieu, 2000.

que se torna verossímil a imagem do “menino de rua” nas relações dos sujeitos com as hegemônicas práticas urbanas, com as pessoas que circulam, com “meninos de rua” de outras redes, com seus pares, com seus corpos e com o ritual de uso da droga.

Assim, interpretarei os danos decorrentes do consumo inadequado de drogas e da epidemia de HIV/AIDS entre os sujeitos, compreendendo como são representados⁹ a partir da observação e explicando-os a partir de conceitos antropológicos. Essa possibilidade de desenvolver a problemática antropológica a partir do estudo sobre a doença é defendida por Marc Auge, que a coloca como “a mais íntima e mais individual das realidades” pois “nos fornece um exemplo concreto da ligação intelectual entre percepção individual e simbologia social” visto que se “ancora na realidade do corpo sofredor”¹⁰.

Os sujeitos

Quando utilizo a denominação “meninos de rua” estou me referindo àquelas pessoas jovens em idade e seus parceiros que ficam na rua, subsistindo a partir do dinheiro que pedem e de pequenos furtos. Outra denominação para essas pessoas, mais “politicamente correta”, é a de “criança e adolescente em situação de rua”, que busca dessubstancializar e resgatar o caráter situacional dessas pessoas em desenvolvimento. Também há a denominação “criança e adolescente em risco social”, de conotação mais epidemiológica. Nesse estudo, utilizo a expressão “meninos de rua” por seu uso no senso comum¹¹, personagens emblemáticos de múltiplas situações que criam subcidadãos nas grandes cidades. Além disso, possibilita integrar pessoas com mais de 18 anos que fazem parte dessas redes e manipulam essa imagem.

⁹ A partir de pesquisas na área da saúde, Herzlich, 1991, coloca como objetivo dos estudos de representação “evidenciar o código a partir do qual se elaboram significações ligadas às condutas individuais e coletivas.” Conforme a autora, a representação é uma via de acesso privilegiado ao conjunto de concepções, valores e relações de sentido existentes em uma sociedade, “enraizadas na realidade social e histórica, ao mesmo tempo que contribuem para construí-la”.

¹⁰ Auge, 1986, p. 82

Em Porto Alegre, há cerca de 96.000 meninos e meninas em situação de indigência e aproximadamente 40% dessas crianças e adolescentes estão na rua para ajudar no sustento familiar¹². Conforme dados divulgados pela Fundação de Assistência Social e Comunitária, 250 crianças e adolescentes estão em situação de abandono, tendo pouca ou nenhuma ligação com o meio familiar ou institucional e, em grande parte, morando na rua¹³.

As doenças que mais significativamente acometem os “meninos de rua” são, em geral, aquelas decorrentes do uso inadequado de drogas, em sua relação com a infecção pelo HIV e a AIDS. Conforme dados do Ministério da Saúde:

“Os meninos de rua são, em várias partes do mundo em que o comportamento foi estudado, o grupo populacional em que se encontrou as mais altas taxas de prevalência de uso de drogas. Entre nós, o Cebriid encontrou, em 1993, que de 57 a 90,5% das crianças de rua estudadas, de cinco grandes cidades brasileiras, consumiram drogas pelo menos uma vez na vida e entre 23,5 e 76% fazia uso freqüente.”¹⁴

Embora as pesquisas do CEBRID¹⁵ revelem que o uso de drogas entre essa população indica a quase ausência do uso cotidiano de cocaína - tanto na pesquisa realizada em 1993, quanto em 1997 – o convívio com os meninos de rua aponta noutra direção.

Outro dado que destaque é a epidemia de AIDS, por sua significativa presença estatística entre os meninos de rua. De 76 meninos que fizeram a testagem anti-HIV em 1999, 35% acusaram infecção pelo vírus da AIDS¹⁶.

A relação entre a infecção pelo vírus da AIDS e o uso de drogas está mais presente no uso compartilhado de seringas pelos “meninos de rua” que consomem

¹¹ Os usos e abusos dessa categoria na imprensa são objeto de reflexão de Alvim, 2001.

¹² Programa Municipal de Atenção Integral a Crianças e Adolescentes Usuários de Substâncias Psicoativas., 1998

¹³ Neto, 2000.

¹⁴ Ministério da Saúde, 2000

¹⁵ CEBRID, 2000.

cocaína injetável, pela alta probabilidade de infecção por esta via de transmissão, que remete a mais de 23% dos casos de AIDS no Brasil¹⁷. O aumento estatístico das taxas de consumo de drogas e de infecção pelo HIV entre “meninos de rua” em Porto Alegre tem o componente do uso inadequado de droga pela via injetável, em especial o compartilhamento de seringas.

Dentre essa população de “meninos de rua” referidos anteriormente, selecionei uma rede social¹⁸ do centro de Porto Alegre com quem tenho vínculo desde o ano de 1998, quando atuava realizando intervenções como redutor de danos.

No período de outubro de 2000 a julho de 2001, durante o trabalho de campo como neófito em antropologia social, tive contato com trinta e cinco pessoas que fazem parte de uma rede social e que se identificam como sendo *da rodoviária*. Estive com eles em diferentes momentos do dia, quando muitas vezes encontrava apenas um ou dois membros da rede, sendo que os demais estavam em casa, em instituições de proteção à criança e ao adolescente, presos, participando de outra rede social de meninos de rua ou em outra área da cidade.

A utilização do gênero masculino para referir-me aos sujeitos dá-se pela presença menor de mulheres nessa rede, que foram apenas quatro durante o período do trabalho de campo¹⁹. Essas estavam apenas de passagem na rua, com seus parceiros e apenas uma ficou mais tempo - três semanas - no território *da rodoviária*.

Da rede identificada, treze meninos tinham menos de dezoito anos, uma diferenciação importante no contexto institucional, que faz com que tenham “proteção integral”, ou seja, que usufruam das intervenções de profissionais

¹⁶ Neto, 2000.

¹⁷ Ministério da Saúde, 2000.

¹⁸ Sobre o conceito de rede social ver Both, 1976.

¹⁹ Conforme estudo etnográfico de Frangella, 2000, sobre meninos e meninas de rua em Campinas, “o circuito da rua é revestido do discurso da masculinidade”p. 225. Conclusão semelhante a de Lecznieski, 1992, em seu estudo etnográfico sobre guris de rua de uma praça de Porto Alegre, que registra a forte presença de valores masculinos.

especializados e de espaços institucionais promovidos pela legislação diferenciada para essas “crianças e adolescentes”. Quando completam 18 anos, passam a ser legalmente responsáveis por seus atos e perdem benefícios legais, como o direito à alimentação e abrigo nestas instituições, além de receberem penas integrais por crimes que venham a praticar.

A ética da pesquisa e a ética no campo

A Lei Federal 8.069/1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, garante à criança e ao adolescente²⁰, no seu artigo 3, o gozo de todos os direitos da pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, e assegurando todas as oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade.

Quanto a gozar de todos os direitos da pessoa humana, a criança e o adolescente estão circunscritos pela Resolução do Conselho Nacional de Saúde de nº 196/96, que trata das Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisas Envolvendo Seres Humanos. Entendo que os aspectos éticos dessa resolução, que compreendem os princípios da autonomia, beneficência, não maleficência, justiça e equidade, estejam contemplados no código de ética do antropólogo da Associação Brasileira de Antropologia.

Em relação ao princípio da autonomia e equidade busquei, durante o desenvolvimento da pesquisa de campo, informar os sujeitos sobre o estudo que estava sendo realizado e sobre as especificidades da pesquisa antropológica em relação a outras disciplinas, oralmente e de maneira simplificada, em diferentes ocasiões. Quando estava no campo junto aos meninos, explicava que não estava mais trabalhando no Projeto de Redução de Danos e que agora iria estar com eles para observar seu dia-a-dia, caso permitissem. Algumas vezes era difícil explicar o

²⁰ A referida lei federal estabelece que criança é o ser humano entre 0 e 12 anos de idade incompletos e adolescente entre 12 e 18 anos incompletos.

que faz um antropólogo, como em certa ocasião em que utilizei, descuidadamente, o chavão “estuda o homem” e um menino perguntou-me se era um urologista.

Como alguns sujeitos da rede não tinham idade legal para decidir sobre sua participação numa pesquisa, dirigi-me à coordenação de duas instituições públicas responsáveis pela atenção à criança e ao adolescente e apresentei o projeto de pesquisa, tendo recebido seu apoio. Não fazia sentido, mesmo com aqueles membros da rede com mais de 18 anos, utilizar o “termo de consentimento livre e esclarecido” devido ao contexto da rua e à baixa escolarização dos indivíduos.

Os nomes dos informantes também foram trocados, no sentido de protegê-los de eventuais identificações e possíveis penalizações pela atual legislação, que pune usuários de drogas, atendendo o princípio da não-maleficência.

Novas compreensões da questão do uso de drogas entre “meninos de rua”, obtidas do material de campo, já possibilitaram discussões junto à equipe da Secretaria de Ação Social que atende essa população, e o presente estudo estará à disposição de trabalhadores sociais e da saúde e interessados, contemplando o princípio da beneficência e da justiça.

Diferentes situações no contexto de campo exigiram uma postura ativa e não de mero observador. Ao presenciar, durante o trabalho de campo, um episódio de violência física e moral por parte de policiais contra os meninos, dirigi-me às instituições de proteção e denunciei o fato observado, além de outras situações narradas por eles.

Quando me foram solicitados, em vários momentos, equipamentos estéreis para injeção, entrei em contato com o Projeto de Redução de Danos. Também orientei e acompanhei ao serviço de saúde um dos meninos interessados em fazer o teste anti-HIV. Em dois momentos recorri ao serviço de proteção: quando identifiquei um dos meninos sofrendo muito por lesões e infecção, e quando ofereci vaga em um abrigo para um dos meninos que verbalizou a intenção de deixar a rua e não poder voltar para casa.

Entendo que essa postura implicada com a defesa dos direitos dos sujeitos observados foi a única possível, nessas situações problemáticas vivenciadas, e que em nada interferiram na compreensão do cotidiano dos meninos, no que diz respeito aos aspectos estruturais e simbólicos.

O método etnográfico

Havia então necessidade de novas ferramentas de trabalho que permitissem registrar o que observava junto aos meninos. O método etnográfico possibilita esse registro e é desenvolvido dentro do campo da antropologia.

As etnografias clássicas, na antropologia social, são trabalhos de campo realizados em sociedades, com feições, costumes e língua estranhas aos ocidentais, provenientes de lugares distantes²¹. O exótico fascinou a academia e o público leitor até as primeiras décadas do século XX.

No decorrer do século XX, conforme questiona Mariza Peirano sobre o lugar da antropologia, o trabalho etnográfico deixa de focar o exótico e cresce o interesse sobre o ocidente e a própria sociedade do antropólogo²². Se o “outro”, que desafiava as noções de humanidade e igualdade tão caras ao iluminismo, num primeiro momento foi o “nativo” das ex-colônias, com o início dos movimentos políticos e sociais do pós-guerra, a academia passará a absorver os conflitos internos e discrepâncias de sua própria sociedade, como no exemplo das feministas. O “outro”, que desafia muitos antropólogos na construção de um corpus teórico para a disciplina, pode ser hoje do grupo social ao qual esse faz parte, ou daqueles com quem mantém relações sociais e partilha a mesma língua.

O que me levou a buscar a antropologia foi essa possibilidade, simultânea, de me familiarizar com o estranho e estranhar o familiar²³. No presente estudo

²¹ Penso aqui no trabalho de Malinowisk sobre os Trombriandeses e de Evans-Pritchard sobre os Nuer.

²² Peirano, 1997.

²³ Velho, 1994

realizo as duas atividades afetivo-intelectuais no registro etnográfico. A partir de observações de campo realizadas desde o ano de 1998, primeiramente no Programa de Redução de Danos - com não menos interesse antropológico porém com menos método - passei a me familiarizar com meninos que ficavam pelas ruas da capital e lá conseguiam dinheiro para comprar a próxima dose de cocaína. Voltei às ruas, após me desligar do Programa em setembro de 2000, como estudante de antropologia social, contando com a participação dos meninos no trabalho de campo.

Uma das tarefas centrais nesse estudo etnográfico tem sido estranhar minha compreensão e sensibilidade sobre o corpo, construído a partir do paradigma da biomedicina em minha formação como enfermeiro. Na primeira familiarização com os sujeitos, buscava ensinar os meninos a reduzir os danos decorrentes do uso de drogas, que observava através de meu olhar de enfermeiro.

Parafraseando a célebre frase de Franz Boas, citada por Marshal Sahlins: “o olho que vê é o órgão da tradição”, busco me situar na perspectiva de análise dos fenômenos culturais como uma atividade humana significativa. Para Sahlins, a cultura não deriva da natureza, mas fornece, em seu esquema, os termos objetivos e subjetivos através dos quais damos significado ao mundo vivido²⁴. Nesse sentido é que se dava o estranhamento: de repente aquelas práticas e explicações dos meninos deixavam de ser falta de “cultura” ou de “conhecimento”, quando diferiam daquelas que aprendi afetiva e intelectualmente na socialização em uma família “estruturada”, de classe média, e na academia. Aos poucos, podia perceber um outro “mundo” dentro da cidade onde cresci.

No estudo das sociedades complexas, Gilberto Velho propõe a noção de “mundo” como categoria de análise das manifestações sócio-culturais. Conforme o autor, em “nossa sociedade complexa-contemporânea, o processo de complexificação e diferenciação tende a multiplicar espaços e domínios sociais e simbólicos” sendo estes mundos vinculados “a redes sociais que organizam sua

²⁴ Sahlins, 1979.

produção, distribuição e consumo, bem como a conjuntos de crenças, valores e estilos de vida e visões de mundo que expressariam modos particulares de construção social da realidade.”²⁵

Exponente da vertente interpretativa na antropologia, Geertz coloca o problema do entendimento acerca da construção social do significado, que tem levado autores a pensar que:

“ele surge dentro do quadro da interação social concreta na qual algo é um algo para um “você” e um “eu”, e não numa gruta secreta qualquer da cabeça; e de que ele é histórico de ponta a ponta, forjado no fluxo dos eventos, é interpretado com a implicação de que as comunidades humanas são, ou deveriam ser, mônadas semânticas, quase sem aberturas”²⁶

Geertz rompe com esta leitura equivocada, tendo em vista que nossa mente tem capacidade de interpretar para além dos limites da linguagem de nossa sociedade. Nesse sentido é que o autor valoriza a etnografia, pois esta pode fornecer narrativas e cenários que nos possibilita repensar os outros e a nós mesmos, alcançando uma nova compreensão. Esta atividade intelectual seria cada vez mais necessária, dada a diversidade vigente nas grandes aglomerações humanas da (pós-)modernidade. Um futuro que tende a ser mais complexo que o passado, onde as incertezas aumentarão ao encontrarmos formas de penetrar no emaranhado de “como entendemos o entendimento”, que é como o autor sintetiza o trabalho da hermenêutica²⁷.

Essas narrativas e cenários são fruto dessa familiarização com o outro, que se objetiva no texto etnográfico. Nesse sentido, o texto etnográfico não é a realidade, mas uma interpretação dela. Um trabalho que se realiza na descrição

²⁵ Velho, 1994, p. 84

²⁶ Geertz, 1999, p.22

²⁷ Geertz, 2001.

densa²⁸ das falas, interações, movimentos, ou seja, na descrição do contexto de forma a permitir uma análise da lógica informal da vida real.

A observação participante será privilegiada como técnica de coleta dos dados que possibilitarão a construção do texto etnográfico. A presença do autor junto às pessoas estudadas possibilita registrar nos seus diários de campo, além de uma série de situações em que está focado seu interesse, os imponderáveis da vida real²⁹ que dão sentido ao cotidiano dos sujeitos observados. A escolha da observação participante deve-se à fluidez da rede de “meninos de rua”, e à possibilidade de observar as relações, os cuidados e os usos do corpo e do espaço urbano. Ou seja, o objeto em estudo apresenta uma série de características que dificilmente poderiam ser apreendidas através da linguagem escrita, como impõe a técnica de entrevista.

Conforme brilhante colocação, no trabalho do antropólogo

“o participar se torna função da observação. Participa-se para. Participa-se, a modular ‘cada’ participação no sentido do aprofundamento da observação, da conquista de novos territórios. Participar, atuar, interagir, conversar, fazer coisas do dia-a-dia são atitudes que só podem estar orientadas pela atitude fundamental para a explicação da identidade do antropólogo ali: observar”³⁰.

Outra ferramenta utilizada para registrar os dados de campo foi a fotografia. A introdução da máquina fotográfica foi lenta e participativa, quando a emprestava para que os meninos fotografassem o que quisessem, sempre com meu auxílio, dada a complexidade técnica do equipamento. Utilizei a fotografia mais como um diário de campo, primando pelo registro de situações e detalhes que pretendia descrever depois.

As imagens, as fotografias, nesta etnografia, aparecem como textos escritos por mim e, em poucos momentos, pelos meninos. Levando em conta o

²⁸ Geertz, 1989.

²⁹ Malinowski, 1990.

problema da polissemia da imagem e a pouca técnica do pesquisador, as fotografias estão inseridas no texto seguidas de breves descrições do contexto em que foram registradas.

O itinerário

Estranhando aquilo que era familiar - minha cidade e a forma de me relacionar com os “meninos de rua” como redutor de danos - me colocava em muitos momentos como um estrangeiro. Tinha privilégios na posição social de pós-graduando, como tempo e recursos disponíveis. Foi assim que me pus novamente a caminhar nas ruas do centro de Porto Alegre.

Caminhava com os meninos e pedia que descrevessem seu dia-a-dia. Anotava tudo em diários de campo, não menos sofridos que aqueles das caminhadas como redutor de danos, embora mais solitários. Nesses momentos experimentava o “Antropological Blues”³¹, tanto por não me sentir acolhendo os problemas dos meninos como anteriormente, quanto por não estar mais fazendo parte de uma equipe.

Nesse percurso era um “fora da lei” ao duvidar de tantos problemas tidos como reais: a falta de uma “estrutura familiar”, a falta de um lar, o consumo de drogas, a doença, entre outros temas que aparecem ao longo desse estudo “marginal”.

Na primeira parada, antes de chegar no campo, enquanto preparava o equipamento, buscava entender os sujeitos que iria estudar. Lia livros de história social, jornais locais e assistia à programação dos canais de televisão. Neles, encontrava indícios que ajudavam a entender a construção da imagem do “menino de rua” e a transformação destes em um problema social.

³⁰ Milito e Silva, 1995, p.10

³¹ Da Mata, 1978.

Em seguida, deixei a segurança da academia e de minha moradia, situada estrategicamente próxima ao campo, fui observar o lugar onde os sujeitos estavam, ou seja, nas ruas. A cidade de pedra e asfalto, construída para proteger e permitir a circulação de seus habitantes, apresenta dificuldades para lidar com seus problemas. Aos meninos restam os buracos e sobras no planejamento urbano da cidade, em sua contínua busca de espaço para descanso e segurança.

As preocupações iniciais levaram a me aproximar mais e olhar para o corpo dos meninos. Os danos do consumo inadequado de drogas e o cotidiano da rua marcam seus corpos, distinguindo-os de outros “cidadãos” e de outros “meninos de rua”.

Por fim, parei junto aos meninos para observar o uso de drogas. As práticas, os lugares, a organização, os cuidados com o corpo, o ritual são descritos e fotografados, permitindo a compreensão dos códigos comunicados.

Os seguintes capítulos são então como paradas, estrategicamente realizadas para observar melhor ou, em alguns momentos, para sentir o que as luzes da razão não conseguem clarear.

2. “MENINOS DE RUA”, UM PROBLEMA SOCIAL

Ao lidar com sujeitos que são reconhecidos como marginais ou vítimas indefesas, por vezes me perguntaram se não tinha medo de ser roubado ou agredido pelos informantes e, em outras, se não ficava mobilizado emocionalmente com aquelas crianças. Face a esse problema explícito, num primeiro momento realizei o expediente proposto por Pierre Bourdieu, onde:

“Para não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da emergência desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como problemas legítimos, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais”³²

A esse estudo, interessa mais que transmitir uma visão historicista dos “meninos de rua” ou a desconstrução desse problema³³, pois com ele busco explicar como é *eficaz* o conhecimento social implícito nessas mensagens, ou seja, “aquilo que torna o real, real, e o normal, normal, e, acima de tudo, aquilo que torna as distinções éticas politicamente vigorosas”³⁴. Para Taussig, o conhecimento social implícito é “essencialmente inarticulável, imagético, não

³² Bourdieu, 2000, p. 37

³³ Rorty aposta na autocrítica da cultura das democracias liberais e se posiciona afirmando que “não há muito proveito em apontar as ‘contradições internas’ de uma prática social ou ‘desconstruí-la’, a não ser que se possa advir com uma prática alternativa – a não ser que se possa por fim traçar uma utopia, na qual o conceito ou distinção se tornariam obsoletos. Antes de tudo, toda prática social de alguma complexidade, assim como todo e qualquer elemento de uma tal prática, contém tensões internas. (...) Ao menos que tenhamos algumas sugestões para resolvê-las, é um ponto muito pequeno exibi-las.” (p.29-30)

³⁴ Taussig, 1993, p. 344

discursivo, em torno do relacional social”³⁵. Me interessam aqui as leituras de Taussig sobre a obra de Walter Benjamin, me colocando o mesmo problema daquele autor: “tentar compreender o modo como a história e a memória interagem na constituição desse conhecimento” que permitirão levantar questões sobre os acontecimentos que tornam eficaz e poderosa essa imagem do “menino de rua”.

Para Benjamin, o trabalho da memória na apropriação do passado é anárquico e rebelde, fazendo analogias e correspondências estruturais com as esperanças e atribuições do presente³⁶. Conforme o autor, a história aparece na memória “em uma imagem que irrompe inesperadamente num momento de crise”³⁷, sendo esta uma “imagem dialética que é *em si uma montagem*”.³⁸ Essa compreensão permite que escapemos do naturalismo histórico e apreendamos a estrutura do comentário, o desenho da história enquanto tal. Como veremos, a crise instaurada da presença constante de sujeitos bastante jovens e pobres fora do contexto da casa no cotidiano das cidades brasileiras irá montar essa imagem dialética do menino de rua.

2.1. A sociedade brasileira e a história social da criança pobre

A partir da invenção do Estado nacional brasileiro no século XX, a representação do cidadão produzirá tensões com o antigo sistema colonial hierárquico. Tomando o Brasil como um sistema social, Da Matta o define como uma “sociedade relacional”³⁹, que valoriza o sujeito como um ente com relações pessoais. Segundo o autor, “há uma nação brasileira que opera fundada nos seus cidadãos, e uma sociedade brasileira que funciona calcada em mediações

³⁵ idem, p. 345

³⁶ idem

³⁷ idem p. 346

³⁸ idem. P. 347

³⁹ DaMatta, 1997

tradicionais”, onde posições intermediárias criariam cidadanias compensatórias à desigualdade social constituinte. Essas posições intermediárias permitiriam o jogo, no espaço social, com a instância tradicional e relacional da “casa”. Para o autor, a instância da “rua” seria o espaço do indivíduo, do cidadão sem relações e sujeito aos rigores da lei. Ao circular nesse espaço social, o sujeito poderia evocar a instância da “casa”, re-situando-se no universo valorizado onde tem relações.

A leitura da sociedade brasileira feita por Escorel apresenta fragilidades a essas posições intermediárias. Ela descreve a exclusão social como um processo que pode levar à ruptura de vínculos “sócio-familiares, do trabalho, das representações culturais, da cidadania e da vida humana e, ainda, como uma zona integrada por diversas manifestações de processos de desvinculação nos diferentes âmbitos”⁴⁰ que reduz a condição humana à luta pela sobrevivência. Para a autora, a falha de anteparos sociais na minimização das trajetórias de exclusão pode chegar à “institucionalização da exclusão, isto é, a criação de um limite social que os ‘de fora’ estão tão distanciados do horizonte simbólico (e espacial) da sociedade que passa a ser como se não existisse”⁴¹

Os indivíduos empíricos que vivem na pobreza, naturalizada na sociedade brasileira, conforme a leitura de Vera da Silva Telles⁴², pela lógica da exclusão são tidos como incivilizados, violentos, desiguais por natureza e produzem o sentimento de medo. A lógica da integração traz o senso de coitados, vítimas e sentimentos de compaixão. Para pensarmos a diferença desses sujeitos sob bases objetivas, a proposição teórica da construção social da realidade nos possibilita compreender a constatação empírica de “culturas populares”, diferenciadas da “cultura erudita”. Vislumbrar a origem histórica e a base objetiva, ou seja, a pobreza, nos afasta do atravessamento valorativo e preconceituoso de caracterização da cultura popular como inculta/bárbara e da cultura erudita como culta/civilizada⁴³.

⁴⁰ Escorel, 1999, p. 259

⁴¹ *idem.* p. 259

⁴² Telles, 2001

⁴³ Velho, 1994, apresenta essa estratégia metodológica.

É importante destacar a dimensão socio-econômica, a pobreza, que configuram os relacionamentos entre a família e criança no Brasil. Conforme relatório da Unicef,

“No Brasil, assim como no resto do mundo, as crianças são as mais atingidas pela pobreza. Ela causa milhares de mortes que poderiam ser evitadas, fome, evasão escolar e exploração. Quando crianças de famílias pobres crescem, estão mais sujeitas a ter menos poder de decisão, mais insegurança e maior exclusão, e estão mais expostas a discriminações e violência.”⁴⁴

As crianças e os adolescentes, pessoas que estão nessa idade da vida socialmente construída, ocupam um papel importante no sistema social ocidental. São figuras centrais no modelo normativo higiênico de família moderna, onde serão preparadas para a vida adulta, para o mundo do trabalho, nas escolas e em casa⁴⁵.

O estudo etnográfico de Claudia Fonseca demonstra que, em uma comunidade de classe popular observada, ainda prevalece a socialização e aprendizagem das crianças na rua, no convívio com adultos, em oposição à disciplina escolar preconizada pelo sistema hegemônico burguês⁴⁶. Nesse contexto, os pais valorizam e ocupam-se, na criação das crianças, das condições “objetivas”, como a alimentação e a casa⁴⁷, em oposição às condições “subjetivas” das classes médias psicologizadas. A circulação de crianças nas classes populares, descrita por Fonseca⁴⁸, promove a reciprocidade, a criação de laços sociais que melhoram as condições de vida dessa população.

No estudo de demografia histórica sobre a história social da criança abandonada no Brasil, realizado por Maria Luiza Marcílio, são os colonizadores brancos que introduzem,

⁴⁴ Unicef, 2000.

⁴⁵ Ver Costa, 1999.

⁴⁶ Fonseca, 1995.

⁴⁷ A este respeito ver também Sarti, 1996.

⁴⁸ Fonseca, 1995.

“nas Américas a prática do abandono dos filhos. A situação de miséria, exploração e marginalização levou os indígenas, e depois os africanos e os mestiços, a seguir o exemplo dos descendentes de espanhóis ou de portugueses, de abandonar seus filhos. O modelo europeu de família - monogâmica, sacramentada, indissolúvel - foi de difícil estabelecimento entre as populações pobres, mestiças e marginalizadas.”⁴⁹

Em sua análise, a autora delimita três fases na evolução da assistência à infância abandonada no Brasil. A primeira, de caráter *caritativo*, se estenderá da colonização até meados do século XIX. Com inspiração religiosa, essa fase é marcada pelo imediatismo e paternalismo das esmolas e boas ações, sem buscar mudanças sociais. O estado-colônia delega a assistência às Santas Casas de Misericórdia, que terão na *Roda de Expostos* dos centros urbanos e na *criação* de filhos alheios, os principais sistemas de proteção à infância desvalida.⁵⁰

O caráter *filantrópico* da segunda fase, que se estende até a década de 1960, é marcada por importantes mudanças políticas. Dentre essas mudanças destacam-se a queda da monarquia, a separação entre Igreja e Estado, o avanço da legislação pró-infância, e as migrações que levam ao crescimento das cidades. No século XX, “legiões de crianças maltrapilhas, desamparadas, tornaram-se uma constante nas grandes cidades. Surgia a chamada “questão do menor”⁵¹. Os médicos higienistas, com sua influência, atacaram a mortalidade infantil e atuaram junto às mães. Unidos aos juristas, de acordo com idéias positivistas e de “tendência natural ao crime”, sustentaram a ênfase da disciplina de trabalho na criação das instituições totais de apoio à criança, que visavam a manutenção da ordem.

“A filantropia visava preparar a criança pobre e abandonada para o mundo do trabalho. Mas buscava também valorizar a família para prevenir a ociosidade, a prostituição, a mendicância, o crime, o abandono do menor, a criança de rua.

⁴⁹ Marcílio, 1998, p. 128

⁵⁰ idem.

⁵¹ idem, p.193

Com isso, estaria domesticando e controlando as “classes perigosas”.⁵²

Confrontando a imagem construída por diferentes discursos para a infância no começo do século XX e a situação vivida pelas crianças de classes economicamente desfavorecidas em São Paulo, Esmeralda Blanco Bolsonaro de Moura assinala a fragilidade dessa imagem que legitima o papel da família e do trabalho no futuro da nação⁵³. Sua fragilidade reside no confronto com a carência econômica de sua família de origem.

“No caso do menor vagabundo, delinqüente, criminoso, da prostituição infanto-juvenil, talvez tenha sido assim, fechando sistematicamente os olhos, não conferindo às contradições econômico-sociais o *status* de verdadeira questão de fundo de toda essa discussão, ignorando que a verdadeira identidade de uma parcela significativa de crianças e de adolescentes se forjou na miséria extrema e em meio à tão discutida marginalidade social, que tenhamos evoluído ou, melhor, involuído, de uma situação na qual meninos e meninas estavam “na rua”, para uma situação na qual se tornaram “da rua”.⁵⁴

Nessa fase ocorre uma separação da classificação legal da infância, sendo utilizado o termo “menor” para discriminar a infância pobre: “que vivia entre a vadiagem e gatunice, tornou-se, para os juristas, caso de polícia.”⁵⁵

A questão do “menor” será o tema de estudo de Adriana de Resende B. Vianna⁵⁶. A autora demonstra como surgirá o “menor” enquanto personagem social no início do século XX, a partir da discussão de juristas que será levada a cabo pela ação de policiais que, por sua vez, manipulam diretamente esta classificação. Ela é atribuída às crianças que se encontram nas ruas e são alvo das

⁵² idem, p.208

⁵³ Moura, 1999.

⁵⁴ Marcílio, 1998.

⁵⁵ idem, p.195

⁵⁶ Vianna, 1999.

ações de controle e disciplinamento, e se cristalizará no texto do Código de Menores de 1927.

Nas últimas décadas do século XX a autora demarca a terceira fase com a instalação do *estado do bem-estar social*⁵⁷, que concorrerá com o modelo caritativo e filantrópico ainda existente. Com a instalação do regime militar na década de 1960, “o Estado brasileiro se tornou o grande interventor e o principal responsável pela assistência e pela proteção à infância pobre e à infância desviante”⁵⁸. Com o “Estatuto do Menor”, de 1979, é legitimada a Fundação Nacional do Bem-estar do Menor, a Funabem, que criará as políticas para as Fundações Estaduais, as Febems, além de aumentar o poder coercitivo dos Juizados de Menores.

No final da década de 80 a população em situação de pobreza crescia. A pressão nacional e internacional, de ONGs, quando o Brasil participava da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, culminaram na elaboração do Estatuto da Criança e Adolescente, o ECA. A partir da constituição de 1988, a lei se aplica a todas as crianças e adolescentes, sem distinção, onde deixam de ser *objetos* de aplicação de leis e passam a ser *sujeitos de direito*.⁵⁹ Apesar das inovações no campo legislativo, o governo continua negligente com o que se propôs, e a desigualdade social ainda promove a exclusão e marginalidade na virada do século.

A questão da criança e adolescente defendida pelo ECA rompe com a doutrina da “situação irregular” e instaura a doutrina da “proteção integral”, um respaldo que muitas vezes fica no caráter formal da lei, sem aplicações práticas⁶⁰.

Nessa história social, percebe-se a configuração de diferentes concepções de criança e adolescente pobre, que têm uma atuação expressiva até os dias de hoje. Nessa história se constituem ideologias atuantes ainda hoje. Utilizamos aqui

⁵⁷ Marcílio, 1998.

⁵⁸ Idem, p.225

⁵⁹ idem.

⁶⁰ Méndez, 1998.

o conceito de ideologia conforme Ruben Oliven, que define ideologias como sistemas de pensamento mais ou menos conscientes, que conseguem “unificar interesses de diferentes grupos sociais⁶¹”. O autor aproxima a ideologia à “memória nacional”, que seria secundária em relação à “memória coletiva”, mas que seria bem sucedida ao veicular uma mensagem verossímil.

Em relação à ideologia caritativa, destaco as ações da Pastoral da Criança e Legião da Boa Vontade, que arrecadam recursos entre a população e que, através de trabalho voluntário, mantêm albergues, fazendas e distribuição de alimentos e roupas às crianças nas ruas. A imagem de criança construída nestas ações é o “menino de rua”, vítima de uma família “desestruturada”.

A ideologia filantrópica se mantém nos discursos e intervenções disciplinadoras de instituições que estão passando pela difícil transição para a representação de criança e adolescente sustentada pelo ECA⁶². Estes deixariam de ser “menor”, objeto das ações, e passariam a ser sujeito do seu processo de desenvolvimento.

Menos verossímil e mais inovadora, a ideologia instaurada pelo ECA baseia-se no universalismo do indivíduo moderno, no sujeito universal de direitos, que tem sua primeira expressão política-internacional na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Postos estes indícios, podemos perceber como a criança abandonada contrasta com o modelo hegemônico da família higiênica, um contraste que permite questionar qual é o “mundo ideal” das crianças e adolescentes. As sucessivas definições de quem são esses sujeitos, com influências internacionais, irão produzir ações diferentes. Essas ações buscam desde “proteger cidadãos vulneráveis” vítimas da miséria, trabalho infantil, fracasso escolar, epidemia de AIDS e consumo abusivo de drogas, até “disciplinar menores infratores” que roubam e matam para consumir drogas, como veremos a seguir.

⁶¹ Oliven, 1992

2.2. A imagem dos “meninos de rua”

Se num primeiro momento utilizei um eixo histórico “linear e progressivo” para destacar indícios de diferentes ideologias, contrário àquele proposto no início do capítulo, agora me volto para o conhecimento social implícito contido nas mídias, na montagem que é feita a partir dos elementos históricos em momentos de crise.

Privilegio a expressão das mídias audiovisuais por entender, como Canclini, que nas cidades o espaço público perde cada vez mais sua eficácia identitária, e “a informação sobre as peripécias sociais se recebe em casa, se comenta em família ou com amigos próximos. Quase toda a sociabilidade, e a reflexão sobre ela, se concentra em trocas íntimas.”⁶³ As tecnologias eletrônicas e visuais protagonizam a cena urbana em uma “democracia audiovisual, onde o real é produzido pelas imagens produzidas nas mídias”⁶⁴.

Temos um evento dessa natureza em um caso, contemporâneo a este estudo, que ganhou a mídia nacional e internacional: o “espetáculo” transmitido pela televisão em tempo real, e em jornais e revistas, sobre o assassinato de Alex Júnior da Silva⁶⁵. Na ocasião, Sandro, como foi chamado pela imprensa visto que não tinha identificação até uma mulher aparecer na delegacia com sua certidão de nascimento se dizendo sua mãe, estava com vinte e um anos. Era um dos sessenta e dois sobreviventes da chacina da Candelária ocorrida em 1993 onde oito meninos de rua foram mortos. Quando da morte de Alex, apenas vinte dos sessenta e dois sobreviventes ainda estavam vivos.

⁶² No jornal *A Folha de São Paulo* de 08 de Março de 2001 são denunciadas agressões físicas à internos da Febem.

⁶³ Canclini, 1989, p. 268

⁶⁴ idem, p. 269

⁶⁵ Utilizo aqui a reportagem especial do caderno de cultura do jornal Zero Hora, do dia 17 de junho de 2000, p. 1- 8 que conta com a opinião de diferentes intelectuais sobre o fato que ocorreu no 12 de junho de 2000.

Na reportagem o tom é de horror. Alex é sentenciado sumariamente à morte ao tomar passageiros de um ônibus como reféns, após ver-se cercado por policiais armados. Ao sair do ônibus, com mais de quatro horas de espetáculo televisivo, usando uma das reféns como escudo, foi atacado por policiais que erraram os disparos e executaram a refém. Foi colocado num camburão e morto sufocado pelos policiais, que ainda tentaram alterar o registro de óbito.

A reportagem sobre a “tragédia” urbana se torna paradigmática da trajetória do menino de rua nas capitais brasileiras, ao mesmo tempo que o estereotipa: ou morre ainda menino, indefeso e vítima, ou se torna um assaltante perigoso⁶⁶. Sem a escolarização necessária ou o aprendizado de alguma profissão, ainda jovens condenados ao trabalho infantil, não restaria outra ocupação a esses meninos pobres além do trabalho no tráfico, a carreira do crime ou, especialmente para as meninas, a exploração sexual.

A associação com o problema da droga aparece na reportagem ao descrever Alex como “aparentemente drogado”, apesar de não haver presença confirmada de nenhuma substância em seu organismo. Em outra reportagem da mesma época, a associação da violência ao uso de droga também aparece nas perguntas de um repórter a um adolescente de 15 anos que participou de um latrocínio em um ônibus de Porto Alegre⁶⁷.

Em outra reportagem sobre o problema dos “meninos de rua”, são realçados o consumo de drogas, a infecção pelo vírus HIV e os lugares de moradia: abrigos dentro de uma estrutura rodoviária, bueiros e interior de viadutos, que são apresentados como em condições “subumanas”. A falta de atendimento ao problema é relacionado na reportagem à falta de “estrutura” para atender o “vício de tóxicos”⁶⁸. São exibidos casos de meninas que foram espancadas, estupradas e mortas nas ruas.

⁶⁶ Alvim, 2001, aponta a associação da categoria “meninos de rua” à criminalidade na imprensa.

⁶⁷ Zero Hora, 26 de Julho de 2000, p.45

⁶⁸ Zero Hora, 22 de Outubro de 2000, p. 4-5

Tirar as crianças da rua é uma das metas principais do governo da capital gaúcha. Investir nas crianças e em suas famílias, através de empregos, programas de renda mínima, saneamento, escola e habitação traria retorno para a economia. Expulsas para a rua por falta dessas condições, as crianças teriam na droga “a única forma de agüentar a violência e as agruras”⁶⁹. A escolarização e profissionalização são apresentadas como propostas de governo com resultados interessantes para a cidade⁷⁰.

As reportagens destacadas se inserem dentro da ótica de proteção integral e promoção do bem-estar da criança e adolescente idealizada e normatizada pelo ECA. O consumo de drogas, e sua associação à “violência”, e às “condições subumanas” são apontados como os principais “riscos” que as “crianças” podem passar nas ruas.

Passada a idade legal de dezoito anos, o papel social “protegido” de criança e adolescente muda para o de adulto, exposto à execração pública. O caso de Alex é paradigmático dessa situação de violência física e simbólica. Nele está a categorização de “mais e menos humanos”, apontada por Cláudia Fonseca e Andrea Cardarello, “se, antes, uma espécie de racismo velado tinha justificado o tratamento desigual, agora pobres *enquanto crianças* passam a integrar-se na categoria universal de ‘humano’.”⁷¹

A categorização desses sujeitos em “mais ou menos humanos” em relação aos direitos sociais, a categorização moral que vai de “vítimas indefesas” a “culpados perigosos” nesses momentos de crise, leva a afastar a possibilidade de delinear uma identidade de “menino de rua”. Conforme Novaes, a identidade se constrói em relação a macroestruturas num movimento político dos sujeitos⁷², contrariando a categorização imposta aos sujeitos em questão.

⁶⁹ Zero Hora, 07 de Janeiro de 2001, p. 46 - 47

⁷⁰ Correio do Povo, 18 de Janeiro de 2001.

⁷¹ Fonseca e Cardarello, 1999. P. 113.

⁷² Novaes, 1993.

A autora utilizará a noção de “imagem de si” para explicar a construção dinâmica desse grupo social que leva em conta o outro. “No jogo de espelhos, cada imagem refletida corresponde a uma possibilidade de atuação. A avaliação desta atuação pelo grupo leva à formação de uma nova imagem, que, por sua vez, possibilitará uma nova atuação”.⁷³ Esse outro pode ser qualquer indivíduo empírico que traga em si o conhecimento social implícito de sua classe ou grupo social, possibilitando assim uma montagem característica dessa imagem com aqueles elementos históricos que tem à mão. A autora, fazendo referência a Durkheim, ainda frisa que “não estou me referindo a imagens em termos gráficos, e sim enquanto categorias de representação, pela sua própria natureza, eivadas de juízos de valor.”⁷⁴

Na reportagem do cerco a Alex, surge em meio à crise a imagem do marginal perigoso e “aparentemente drogado”. Nessa montagem, aparece a imagem de sobrevivente de chacina de “meninos de rua”, e é instaurada a crise se ele seria vítima ou culpado.

Ao pensarmos em uma imagem de “meninos de rua” como imagem dialética, historicamente construída, fica evidente a tensão e a ambigüidade presente em sua montagem. Imagem dialética que irrompe da relação dos sujeitos observados com as pessoas que encontram no território da rua, ocupadas em seus afazeres cotidianos e, inclusive, com o pesquisador.

⁷³ Idem, p. 109.

⁷⁴ Idem, p. 111.

3. O MUNDO “DA RUA”

Era dia quando fui até o centro da cidade de Porto Alegre para verificar a circulação dos meninos em outros territórios. Caminhava devagar e atento, observando centenas de pessoas circulando e, particularmente, as pessoas que permaneciam paradas. Procurava por algum menino conhecido.

Foi assim que encontrei Guinho, que também caminhava em direção ao espaço próximo ao Mercado Público, conhecido pelos meninos como Praça XV. Diversos meninos e jovens adultos ficam lá, durante o dia, cheirando *loló*⁷⁵ em meio à multidão de pessoas que passam por ali. Na Praça XV ficam também meninas que se prostituem por pequenas somas de dinheiro.

No seu falar entrecortado, leve gagueira, Guinho mostrou seu braços e disse “não estou mais na rua.” Ele demonstrava a ausência de marcas recentes do uso de droga injetável. Contou que estava dormindo em sua casa há algum tempo. Suas roupas novas e limpas expressavam sua estadia em casa. Quando algum menino chegava na rua depois de algum tempo de permanência em casa, ou em alguma instituição, vestia roupas novas, limpas, coloridas, calçava tênis e usava boné. Com o passar do tempo na rua, as roupas e o corpo acumulavam a sujidade e o uso contínuo levava ao desgaste.

Enquanto conversávamos e caminhávamos até a estação rodoviária, perguntava sobre a vida na vila onde o este jovem magro e de pele branca, agora com 18 anos, morava. Como ele inalava solvente em um pedaço de pano, que era

⁷⁵ O loló é a denominação dos meninos para um tipo de solvente que é consumido inalado em pano umedecido.

molhado em intervalos de aproximadamente trinta minutos com o *loló* armazenado em um frasco de desodorante que trazia preso na cintura da calça, questionei-o sobre o consumo de drogas na vila. Ele narrou as *farinhadas*⁷⁶ que fazia com amigos nas noites de sexta-feira e o consumo de vinho, cerveja e solvente.

A associação feita por Guinho entre as marcas do consumo inadequado de droga injetável no corpo e a rua, me levou a buscar compreender os códigos que aquela rede de meninos utilizava para demarcar sua sociabilidade na rua.

3.1 A cidade e os territórios

Surgia então uma dificuldade. A cidade em que realizei o trabalho de campo é a mesma em que vivi minha infância. Já havia transitado muitas vezes nos lugares em que encontrava os “meninos de rua”. O bairro que tem o nome de “Centro” é onde encontrava com a rede de meninos. Lá ficam as centrais de empresas e órgãos públicos, além de comércio intenso.

Se por um lado buscava a atitude antropológica de estranhar o que era familiar, por outro, teria também de escapar à “tentação da aldeia, que é a de encarar o objeto de estudo – uma festa, um ritual, um bairro, uma religião – como uma unidade fechada e autocentrada.”⁷⁷ Magnani conclui da dicotomia de fazer antropologia *na* ou *da* cidade que “recortar o objeto ou tema de pesquisa na cidade não implica cortar os vínculos que mantém com as demais dimensões da dinâmica urbana, em especial, e da modernidade, em geral.”⁷⁸

É nesse sentido que me apoio na crítica de Lefebvre, definida pelo autor como “ú-tópica, pois toma distância ao ‘real’, sem, por isso, perdê-lo de vista”⁷⁹

⁷⁶ Conforme explicação de Rodriguinho e de outros usuários de drogas que conheci, refere-se ao consumo coletivo de cocaína, que também é denominada de “farinha”. Conforme relatos, nesse ritual de consumo a droga é comprada após a arrecadação de dinheiro dos interessados no consumo e todos consomem a droga aspirada.

⁷⁷ Magnani, 2000, p. 47

⁷⁸ *idem*.

⁷⁹ Lefebvre, 1999, p.20.

apontando a urbanização da sociedade no ocidente, que começa após a revolução industrial e vem se acentuando nos dias de hoje. Para o autor, a “sociedade urbana” seria possível a partir da problemática ou crise instaurada com a concentração de pessoas na cidade, com o êxodo rural, com a extensão do tecido urbano e a subordinação do agrário ao urbano que se dá com a industrialização.

Lefebvre descreve como a problemática urbana se constituirá em uma ideologia totalizadora e redutora das práticas, que oculta “sob uma aparência positiva, humanista, tecnológica, a estratégia capitalista: o domínio do espaço”⁸⁰. Aqueles que habitam o espaço urbano aceitam com passividade essa problemática, daí a construção do cotidiano, ao delegar a especialistas sua resolução.

Contraopondo essa passividade do homem urbano, De Certeau destaca as táticas, astúcias, artes de fazer. Em oposição ao poder panóptico que organiza as estratégias de controle, o poder que tem um lugar, as táticas não teriam lugar próprio, seriam uma memória que se forma “nascendo do outro (uma circunstância) e perdendo-o (agora é apenas uma lembrança)”⁸¹ e teriam o poder de manipular o espaço. Conforme o autor,

“a linguagem do poder se ‘urbaniza’, mas a cidade se vê entregue a movimentos contraditórios que se compensam e se combinam fora do poder panóptico. A Cidade se torna o tema dominante dos legendários políticos, mas não é mais um campo de operações programadas e controladas. Sob os discursos que a ideologizam, proliferam as astúcias e as combinações de poderes sem identidade, legível, sem tomadas apreensíveis, sem transparência racional – impossíveis de gerir.”⁸²

O autor aponta para o estudo das práticas do espaço como forma de compreender as relações dos sujeitos com o espaço urbano.

⁸⁰ idem, p. 143.

⁸¹ Certeau, 1994, p. 163.

⁸² Idem, p.174.

Etnografias de territórios marginais

Estudos etnográficos sobre sujeitos “marginas” têm destacado a dimensão espacial na descrição desses sujeitos. Rubens de Camargo Ferreira Adorno e Selma Lima da Silva em sua observação participante em São Paulo, percebem que a identidade de “meninos de rua” é umas das identidades possíveis que se configuram nas interações, sendo “o circuito de rua uma referência estética, de sociabilidade, de costas para os bairros sem recursos, equipamentos e qualquer forma de proteção social, de proteção individual⁸³”. Os autores questionam sobre a produção do crack como uma droga devastadora após mapearem a “cracolândia”, onde a droga “faz parte de um estilo de vida; relaciona-se com o espaço, o circuito e a dinâmica da cidade.”⁸⁴

Claudia Milito e Helio Silva em seu estudo etnográfico de “meninos de rua” no Rio de Janeiro destacam a “idéia de territorialidade como fundamental nos processos relacionais e identitários desses meninos”⁸⁵

Dentro do campo da antropologia urbana, Nestor Perlongher utiliza a idéia de código-território para delimitar a rede de sociabilidade de grupos gay. O código-território “refere a relação entre o código e o território definido por seu funcionamento”, onde, em uma “territorialidade itinerante (...) certa persistência ou insistência do nomadismo urbano” dessas redes gay “se a dimensão espacial concreta é básica, ela não se sustenta por si própria, sem o necessário recurso a uma outra territorialidade, no nível dos códigos”⁸⁶. Ao nível dos códigos sociais, os sujeitos realizariam um “movimento de desterritorialização com relação aos códigos familiares, ‘normais’; segundo, um movimento de reterritorialização nos códigos internos de gueto(gay)”⁸⁷. Esse território marginal, em sua precariedade

⁸³ Adorno e Silva, S/D, p.19.

⁸⁴ idem.

⁸⁵ Silva, 2001, p.93.

⁸⁶ Perlonger, 1993, p.57.

⁸⁷ idem, p. 58.

constitutiva, afirmaria “uma diferença intensa, de um funcionamento desejante diferente”⁸⁸.

No estudo etnográfico sobre moradores de rua de Porto Alegre realizado no ano de 1993 por Claudia Turra Magni, encontrei entre os sujeitos observados e fotografados pela autora alguns dos meninos *da rodoviária* com quem realizei esse estudo. Magni observa a intensificação da dimensão espacial do corpo, “o único suporte material que concentra e identifica a sua existência passageira”⁸⁹. O esforço da autora é no sentido da relativização da categoria social de morador de rua na categoria antropológica de nômades urbanos, na construção do cotidiano dessas pessoas que subvertem a ordem espacial sedentária da cidade, ofendendo “a moral corporal e higiênica burguesa ao exercerem publicamente suas privacidades”⁹⁰.

Um estudo etnográfico sobre meninos e meninas de rua em Campinas, realizado por Simone Miziara Frangela, aponta que a “sociabilidade itinerante, fruto da relação desses meninos e meninas com o espaço urbano, tem no corpo sua manifestação mais significativa”⁹¹. Na itinerância, é apreendido gradualmente um ‘saber da rua’ a partir de interações sociais diversas, tanto com discursos da ordem urbana e capitalista quanto da marginalidade e da poluição. Esses diferentes discursos se inscrevem sob os corpos dos sujeitos, que os ultrapassam, e relativizam os códigos sociais de ordem e desordem em sua itinerância.

3.2. O território da rodoviária

Ao começar a interagir com a rede de meninos, os encontrava dentro da estação rodoviária, mendigando junto aos passageiros, ou nas imediações. A arrecadação de dinheiro na estação rodoviária é maior que em outros locais

⁸⁸ Idem, p. 63.

⁸⁹ Magni, 1994

⁹⁰ idem.

⁹¹ Frangela, 2000l, p. 203.

devido ao grande número de pessoas que passam diariamente por ali⁹². Em determinado momento, os vigilantes contratados pela administração da estação, passaram a expulsá-los do interior do prédio, o que fez com que os meninos passassem a mendigar na área de embarque e desembarque de carros e de táxi.

Sempre tive dificuldades de encontrá-los em dia, hora e local previamente combinados. No período de observação mais intensa, passei a entender a circulação deles pelo território *da rodoviária*: aguardavam os turnos de vigilantes e policiais que permitiam que ficassem mendigando na área de desembarque. Tinham que aguardar o tempo certo para poder usar o espaço controlado. O mesmo acontecia em relação aos *mocós* nos lugares de maior circulação, que só utilizavam à noite. Muitas vezes os encontrava chegando ou deixando o território *da rodoviária*. iam e vinham de diferentes lugares: bairros da “periferia”, instituições públicas de assistência à criança e ao adolescente, hospitais, prisão, Febem, casa dos pais ou familiares, e outras redes do centro da cidade.



Foto 01 - Meninos deixam o *mocó* sob o viaduto de acesso e se dirigem para outro

⁹² As táticas de mendicância serão descritas no próximo capítulo.

Os meninos reclamavam da monotonia dos abrigos que, na fala de um deles, “é sempre a mesma coisa”. Outro menino explicava que “é arroz e feijão, arroz e feijão, arroz e feijão todo o dia. Eu quero comer cachorro quente!”, monotonia que os levava a *fugir*.

A possibilidade de serem presos era apresentada de maneira fatalista pelos maiores de 18 anos. Segundo um menino, que tinha sido libertado na mesma semana em que conversamos, sobre a possibilidade de ser preso pelos furtos que cometia, “só demora mais um tempo” até ser preso novamente. Um menino comentava acerca da prisão de um amigo, dizendo que era melhor para ele estar preso, pois apanhava muito na rua.

No estudo etnográfico dos “guris de rua”, realizado em outro território do centro da cidade por Lisiane Koller Lecznieski, a autora observa que os meninos ainda mantinham relações com a casa⁹³.

Explorando mais essas relações entre a casa e a rua, Rita de Cácia Oenning da Silva busca relativizar os modelos ideais de família em seu estudo sobre crianças de classes populares na cidade de Florianópolis. A autora descreve como os papéis são eclodidos e ocupados por diferentes pessoas nas camadas populares estudadas, que aprendem a “manipular impressões, representar situações, desenvolver estratégias que lhes permitam interagir entre si e entre outros grupos sociais”⁹⁴. A casa e rua estariam ligados por “múltiplos mapas comunicantes” no cotidiano dos dois universos, onde a circulação das crianças para a rua só se tornaria problema quando da maior permanência destas na rua. Nesse estudo, a autora conclui que a rua é um espaço de sociabilidade onde o trabalho infantil é valorizado, no qual a performance de pobrezinho faz parte das habilidades aprendidas, em uma tensão entre “as práticas e as normas legais” que coíbem o trabalho das crianças e adolescentes ⁹⁵.

⁹³ Lecznieski, 1992.

⁹⁴ Silva, 1998, p.196.

⁹⁵ Silva, 1998.

Entre os meninos *da rodoviária*, observei que muitos mantinham relações com suas famílias através de visitas regulares. Outros estavam em conflito com os pais, e só retornavam após intervenção de instituições de proteção à criança e ao adolescente, acabando por voltar para a rua após uma curta estadia em casa. Poucos encontrei apenas por uma ou duas semanas, e depois outros relataram que estes teriam voltado para casa. Havia alguns meninos, destaco aqueles na maioria legal, em que não observei nenhum vínculo com a família ou parentes.

A vinda de casa para a rua, entre os meninos da rede observada, se dava a partir de “brigas” com os pais, que lhes exigiam determinados comportamentos; situações de extrema pobreza; desacordo com a opção sexual dos pais; expulsão de casa pela conduta homossexual e divergência com a atividade ilícita - tráfico - desenvolvida pelos pais. O retorno para a casa se dava voluntariamente quando os meninos se percebiam doentes ou passavam por um período de internação hospitalar; levados pelo Conselho Tutelar ou outra instituição com poder de tutela; e quando algum familiar vinha buscá-los.

Os meninos relatavam sofrer espancamentos por policiais e vigilantes, e sua retaliação contra a ofensiva. Em certa ocasião, presenciei policiais solicitando documentos e insultando um menino dizendo “Se não tem documento é vagabundo”. Um dos meninos, um adulto que se auto-define como homossexual, foi chamado de *Putão* e ameaçado. Nessa cena, os policiais ainda chutaram os meninos, fazendo com que saíssem correndo da calçada em frente ao estacionamento onde estávamos. Eles brincavam frente à ação dos policiais, que, por sua vez, demonstravam mais agressividade. Em seguida, perceberam minha presença e solicitaram documentos de identificação, recomendando que tivesse cuidado com eles.

A itinerância praticada pelos meninos os leva a não acumular bens nem recursos. Tudo que eles consomem quando estão nas ruas é obtido de doações em dinheiro de pessoas e instituições movidas pela ideologia caritativa. Em diferentes dias da semana há doações de alimentos em pontos diferentes da região central. Regularmente passam pessoas entregando lanches e roupas.



Foto 02 – Após ganhar um prato de comida em uma igreja, o adulto divide o alimento com o menino

Os mocós

Em meio a estruturas de concreto, planejadas para o fluxo de carros, os meninos montavam os lugares para dormir ou consumir droga injetável. Debaixo de viadutos ou em algum buraco na estrutura, eles ficavam *emocosados* - escondidos e abrigados - em seus *mocós*. Outros lugares utilizados para a montagem dos *mocós* eram os prédios abandonados, tanto o interior quanto alguma cobertura externa.

Alguns *mocós* eram de difícil acesso, como um conhecido como *Bat Caverna*, que ficava em uma galeria subterrânea do tamanho de um campo de futebol, dentro da estrutura de uma rodovia. Para chegar ao local era preciso caminhar na rodovia, em meio a carros em alta velocidade. A entrada era um buraco no chão, que exigia que o habitante ou visitante rastejasse até o interior escuro e cheio de lixo, baratas e ratos.



Foto 03 – Meninos se dirigem ao *mocó* para uso de droga injetável

Outros *mocós* ficavam em lugares de fácil acesso. Esses exigiam a constante mudança para outros lugares, pois equipes da prefeitura ou policiais expulsavam os grupos e, em seguida, bloqueavam as entradas com barras de ferro ou cercas.



Foto 04 – Ao visitar os meninos no início da manhã encontro-os dormindo no *mocó* sob viaduto

Aos maiores em idade ou com mais tempo na rua, cabia a montagem dos *mocós*, tanto pela maior dificuldade em obter recursos mendigando quanto pelo conhecimento da área, entre outras atividades de proteção aos menores. Papelões, colchões velhos e cobertores eram ali deixados para o sono do final da noite. Em alguns *mocós*, onde os meninos ficaram mais tempo, paredes eram erguidas com pedaços de madeira e papelão e proporcionavam relativa privacidade, necessária ao uso de cocaína injetável. Houveram períodos em que os meninos estavam sem *mocó* e dormiam nas calçadas solitários, em grupo, ou junto a mendigos.



Foto 05 – Menino se prepara para dormir em caixa de papelão junto a mendigos depois de ganhar um lanche

3.3. Ideologias, precariedade e itinerância

As diferentes ideologias possibilitam aos meninos diferentes formas de relacionar-se com os outros e com o espaço. A ideologia caritativa possibilita aos meninos obter os recursos necessários para a subsistência na rua a partir das doações constantes de alimentos e roupas. O dinheiro obtido será utilizado para a compra de cocaína para o uso endovenoso e solvente para inalação.

A ideologia filantrópica, associada à ideologia urbanista, promove a constante retirada ou expulsão dos meninos de seus *mocós* e dos locais de mendicância, promovendo sua inserção, muitas vezes forçada, em instituições disciplinadoras como a Febem e a prisão. A confinamento ao cárcere está relacionada, muitas vezes, a roubos e violências contra pessoas. Além disso, os adultos que participam das redes junto às crianças podem vir a ser penalizados por “exploração de menores”, por serem, ideologicamente, legalmente capazes e moralmente culpados.

Essa montagem contínua de lugares para abrigo e uso de drogas dá-se sobre a precariedade constitutiva do território marginal da rua, enquanto espaço manipulado na itinerância dos sujeitos. Cabe àqueles com mais tempo na rua a montagem de lugares para repouso e proteção, os *mocós*. Dadas as relações de poder em nossa sociedade disciplinar, esses lugares montados são desmontados para dar lugar à limpeza e retidão da cidade planejada.

O território *da rodoviária*, ao invés de fornecer uma identidade aos sujeitos, em seu funcionamento calcado no ganho de dinheiro para o uso de drogas, doações de alimentos e roupas e montagem de *mocós*, fornece códigos que constituirão essa imagem, ou representação, de quem é “menino de rua” para as pessoas que ali circulam.

4. O CORPO “DA RUA”

Em diferentes momentos, tinha dificuldade em precisar quais meninos faziam parte do grupo, ao tentar delimitá-los em relação a uma idade (até a idade legal de dezoito anos, por exemplo) ou a uma área geográfica (os arredores da estação rodoviária). Foi necessário deixar de lado uma referência estática, um espaço físico e uma identidade, e observar no território da rua quais códigos os meninos manipulavam. A partir daí, pude compreender quem eram os sujeitos que observava. Passei a compreender também quais códigos eram utilizados pelas outras pessoas para reconhecê-los como “meninos de rua” e, entre estes, para reconhecer quem era *da rodoviária*. Observava uma presença intensa do corpo, onde era inscrita a imagem de “menino de rua”, na utilização de técnicas corporais⁹⁶ relacionadas ao cotidiano da rua.

O corpo nas relações com os outros

Quando estava nas ruas do centro da cidade e encontrava com um menino que ainda não conhecia, se tentava saber se era um “menino de rua” lhe fazendo perguntas, não recebia respostas. Esses meninos me encaravam com uma expressão corporal agressiva e resmungavam alguma coisa em meio ao pano umedecido com solvente, que seguravam em frente à boca. Quando nos conhecíamos mais, o *bafo* - pano embebido em solvente - era deixado de lado ou,

⁹⁶ Sobre a noção de técnicas corporais ver Mauss, 1974.

quando da presença de um adulto da rede, era ordenado que interrompessem o uso de solvente durante as conversas. As expressões ficavam mais simpáticas e até algumas brincadeiras comigo eram permitidas.

Comecei aos poucos a inserir a máquina fotográfica para registrar minhas observações junto aos meninos *da rodoviária*. Novamente a imagem que os meninos apresentavam era aquela agressiva e com o pano umedecido com solvente frente ao rosto. Para montar essa imagem, que valoriza a exibição pública do consumo da droga ilícita - o solvente -, os meninos fazem uso de técnicas corporais que delimitam quem é o “menino de rua”: a expressão agressiva, um caminhar oscilante e lento, que pode se transformar em uma corrida a qualquer aproximação indesejada. Outros meninos, que não dormem na rua, também se utilizam dessas técnicas quando estão nas ruas.



Foto 06 – Vampirinho e Guinho haviam chegado de suas casas naquela semana

Uma variação dessa montagem é utilizada na obtenção de dinheiro, montada frente às pessoas que circulam na estação rodoviária ou em qualquer

outro lugar em que os meninos estejam pedindo esmolas, com expressão de sofrimento e uma fala insistente, rica em elementos retóricos que apelam para a imagem do “menino de rua” abandonado, tais como “Me dá um dinheiro para comprar um pão, que estou com fome”.



Foto 07 – Maltinha *pedindo* na área de desembarque

A atividade de mendicância demanda uma relação com o outro, que pertence a outro mundo e tem mais recursos. Pude muitas vezes experimentar esse lugar, quando os meninos faziam uma cara chorosa, me pedindo dinheiro.

Nas relações com esse outro, para obter os recursos necessários à vida na rua, os meninos acumulam um saber que se atualiza em cada nova montagem dessa imagem, um saber tático⁹⁷ que leva em conta o saber do outro sobre o “menino de rua”. O choramingo, a exposição da sujidade, a mão aberta suplicante e qualquer outro elemento que demonstre a necessidade de recursos e a ausência de laços sociais eram utilizados quando percebiam que a pessoa estava com dúvidas se dava ou não o dinheiro solicitado.

Me prontifiquei a dar um camiseta nova para um menino, pois a dele estava bastante suja e rasgada. Ele falou que não necessitava de uma camiseta nova,

⁹⁷ Certeau, 1994, conforme citado acima.

pois era ele mesmo quem a sujava e rasgava para *pedir* na estação rodoviária. Em outro momento, um redutor de danos instruiu um dos meninos lavar as mãos, que estavam bastante sujas, e ele explicou a necessidade de mantê-las assim para obter mais dinheiro quando solicitasse aos passageiros na área de desembarque.

Em estudo etnográfico sobre meninos de rua no Rio de Janeiro, Milito e Silva assinalam que “a singularidade do menino de rua deriva da supressão imaginária de todos os laços que o integram em malhas sociais específicas. Tal supressão das dimensões sociais, seus laços, compromissos, obrigações, direitos e deveres é que alimentam a piedade piegas.”⁹⁸ Essa fantasia alimentará a “compulsão à cautela dos amedrontados e a eficácia das investidas desses meninos, que dependem muito mais da legenda que de seus reais recursos”⁹⁹, em uma produção da mendicância e da criminalidade, ameaçando e questionando com sua presença coletiva e humana um *status quo*.

Outro código que os meninos utilizam nessa montagem é a doença através de marcas corporais. Ouvia relatos dos meninos sobre a exposição de feridas. “O Franjinha mostrava o machucado e ganhava altos dinheiros.” me contou seu parceiro, quando conversávamos sobre um ferimento grave no tórax que quase o levou à morte, conforme pude confirmar com a equipe médica em visita hospitalar.

As táticas para *pedir* demandam dos sujeitos que estão crescendo em tamanho, na exposição de maior degradação física, como feridas e magreza extrema. Um menino, que já estava com dezoito anos, disse que só exibia os *abcessos*¹⁰⁰ nos braços ao *pedir* na estação rodoviária quando eles já estavam *bons*, o que significava, segundo sua explicação, estarem com pus e sangue escorrendo. Contou que exibia a ferida e pedia “Dá um dinheiro para comprar uma pomada.”

⁹⁸ Milito e Silva, 1995, p.163

⁹⁹ *idem*, p. 79

¹⁰⁰ Denominação êmica para as feridas decorrentes, no caso dos meninos, de injeções de dose de cocaína fora da veia.

Quando conversava com um menino que já havia completado dezenove anos, sobre as dificuldades de *pedir na rodoviária*, ele falou que “Fiquei grande como um elefante.” reclamando do seu tamanho e da barba na cara “Eu corto mas ela cresce.” Segundo ele, o aumento de sua estatura e a barba dificultavam a obtenção de dinheiro quando *pedia na rodoviária* junto com os gurus. “Vai trabalhar, vagabundo.”, era o que as pessoas respondiam quando solicitava dinheiro para a compra de comida. Questionei-o sobre outro menino que *pedia na rodoviária* e estava com a mesma idade. “Tu não viu ele. Ele está seco. As pessoas dão porque têm pena dele.”¹⁰¹

Para entender as táticas na obtenção de dinheiro e recursos pelos “meninos de rua”, a prática de *pedir*, é preciso relativizar a noção de trabalho entre as classes populares. A pesquisa etnográfica de Marta Denise da Rosa Jardim, em uma vila de classe popular, descreve como moradores exibem a impossibilidade de aquisição de recursos por outros meios, expondo suas deficiências físicas e a imagem de miséria, utilizando táticas na obtenção de recursos como alimentos e dinheiro¹⁰².

Para isso, os meninos montam no corpo essa imagem de “menino abandonado”, modulando a partir do olhar do outro sobre os códigos inscritos em seus corpos, a imagem mais eficaz para a obtenção de recursos.

O corpo nas relações entre as redes de “meninos de rua”

Se, por um lado, era relativamente fácil delimitar quem eram os “meninos de rua” em meio à multidão de pessoas que circulam no centro da cidade, por outro tinha dificuldade em delimitar que meninos eram *da rodoviária*. “Ele não é da

¹⁰¹ Magni, 1994, também observa que a exposição do corpo degradado, das feridas, incapacidades e privação entre os mendigos na obtenção de recursos, mostra que essas formas de uso do corpo procuram responder à expectativa social. Entre os meninos observados pela autora também não havia essa exposição da degradação do corpo, pois são considerados pelas outras pessoas como vítimas inocentes até crescerem e passarem para a outra categoria.

¹⁰² Jardim, 1998.

rodoviária”, me dizia um dos meninos quando perguntava por algum menino novo no território.

Fui entender os códigos de demarcação do pertencimento às redes numa noite, quando observava os meninos pedindo na área de desembarque da estação rodoviária. Três meninos que nunca havia visto ali chegaram e começaram a *pedir* dinheiro aos passageiros que desembarcavam dos táxis. Rapidamente dois meninos *da rodoviária* se aproximaram deles com atitude agressiva e alguém do trio reclamou que “Nós podemos pedir aqui!”, então todos ficaram pedindo naquele local, sem maiores problemas. Franjinha me disse que o menor dos meninos que chegara era irmão do “falecido Daril” e pediu eu que mostrasse à ele a foto em que o amigo assassinado aparecia. Enquanto mostrava a foto ao desconfiado menino, perguntei de onde ele era. “Sou do Gazômetro.”, respondeu. Interessado no uso de drogas entre eles, que estavam inalando solvente, perguntei se alguém consumia droga injetável no *Gazômetro*. O menino rapidamente exibiu os pequenos braços, demonstrando que não havia marcas de uso de droga injetável.

Já havia presenciado essa exibição dos braços durante intervenções no Programa de Redução de Danos. Entre os Usuários de Droga Injetável que estavam inseridos no território “familiar” ou do “trabalho”, essas marcas eram escondidas, encobrindo-as com camisas de manga comprida, tatuagens ou criando uma explicação para as marcas. Já havia encontrado outros UDIs que pareciam não se importar com a exibição pública dos braços com *carreiras*¹⁰³ e *abcessos* já cicatrizados, pessoas que, mesmo estando nas mesmas comunidades que os primeiros, estavam inseridos também em territórios marginais¹⁰⁴.

Entre os meninos *da rodoviária*, a exibição das marcas nos braços, decorrentes do consumo inadequado de droga injetável, era constante, chegando

¹⁰³ Denominação êmica para as visíveis marcas na pele da rede vascular necrosada pelo uso inadequado de droga injetável.

¹⁰⁴ Ver em Piccolo, 2001 as diferentes trajetórias de usuários de drogas de uma vila onde eram realizadas intervenções do Programa de Redução de Danos na cidade de Porto Alegre.

a beirar um certo orgulho¹⁰⁵. Apesar disso, certa vez um dos meninos reclamava da discriminação que sofria por parte de outros meninos que, ao verem as marcas do uso de droga injetável em seus braços, não deixavam-no participar de atividades recreativas. Esse código das cicatrizes e marcas do consumo inadequado de droga injetável em seus braços os diferenciava de outras redes de “meninos de rua” do centro da cidade.



Foto 08 – Myke exibindo seu braço com marcas de consumo recente de droga injetável

Em muitos momentos ouvia a associação dos meninos *da rodoviária* à condição de portadores do vírus da AIDS. Muitos meninos que haviam feito o exame sabiam de sua sorologia positiva. Dois deles que diziam ter AIDS, ao afirmar-lhes da necessidade do exame laboratorial para terem essa certeza, explicavam que haviam *tomado dose* com a seringa de outro menino que sabiam ter o vírus. Perguntando para um adulto da rede quem era portador do vírus da

¹⁰⁵ Conforme Certeau, 2000, “O sofrimento de ser escrito pela lei do grupo vem estranhamente acompanhado por um prazer, o de ser reconhecido (não se sabe por quem), de se tornar uma palavra identificável e legível numa língua social, de ser mudado em fragmento de texto anônimo, de ser inscrito numa simbólica sem dono e sem autor. Cada impresso repete essa ambivalente experiência da lei do outro.” p. 232.

AIDS na rua, ele me disse “Todo mundo”, a mesma noção que me falou um menino em outro encontro.

O estudo de Daniela Riva Knauth, Ceres Gomes Víctora e Ondina Fachel Leal sobre o impacto do aumento da incidência de AIDS entre moradores de um bairro de classe popular de Porto Alegre nos ajuda a entender essa representação da epidemia entre os meninos *da rodoviária*. As autoras demonstraram que a maior incidência não despertou nas pessoas comportamentos preventivos. Sendo a AIDS representada como uma doença do outro, a proximidade social com portadores do vírus num contexto com grandes riscos de vida, como a marginalidade e a miséria, levava à banalização da doença e da morte, que passam a fazer parte da vida¹⁰⁶.

Tanto a AIDS como a morte era banalizada pelos meninos de rua. Passei por muitos lutos durante o trabalho de campo. Sofria ao questionar a ausência de alguém e me noticiarem sua morte. Os relatos da morte eram detalhados, tanto que no começo não duvidava dos fatos. Ao ver novamente alguns meninos que teriam morrido ficava ao mesmo tempo surpreso e alegre. “Estava internado no hospital e disseram que eu estava morto.”, reclamava um menino que retornou para rua depois de longo tratamento hospitalar para doenças relacionadas à AIDS.

Buscando entender a morte entre os meninos, conversava com Anjinho que me contou que Ita estaria vivo e teria aparecido ali nos últimos dias bem vestido. Lembrando da longa narrativa, que ele mesmo havia me contado, sobre a morte de seu amigo em um assalto infeliz, perguntei se o Daril estaria vivo. Daril teria morrido assassinado, segundo informações de profissionais de instituição de proteção à criança e ao adolescente. O menino disse que “Ele morreu. Se não já teria aparecido.”

Em outra noite conversava com um adulto que estava utilizando drogas na rua e me narrava sua história “da rua” que começou aos oito anos, quando saiu de casa. Já havia levado seis tiros, que não o haviam levado à morte pela proteção

de seu *santo*. Na última vez que conversei com ele, exibiu as marcas de dois tiros recentes que havia levado e a bala que ainda estava sob sua pele. Quando era mais jovem ficava na *praça do cachorrinho*. Começou a lembrar dos meninos daquele território, e contou nos dedos dez amigos daquele tempo que já teriam morrido.

A freqüência das mortes de “meninos de rua” que se dá pela violência e, recentemente, pelas complicações decorrentes da AIDS, torna a morte domada, conforme as sociedades tradicionais descritas por Philippe Ariés, onde “é ao mesmo tempo próxima, familiar e diminuída, insensibilizada, opõe-se demasiada à nossa (atitude perante a morte) onde faz tanto medo que já não ousamos pronunciar o seu nome”¹⁰⁷ .

O corpo nas relações entre pares

O corpo é central nas relações entre os meninos *da rodoviária*. Seu tamanho, massa e musculatura eram referências invocadas quando havia necessidade de resolver conflitos e impasses.

Em uma discussão, onde um menino que tinha um tubo com solvente se negava a “dar uma molhada” no pano do parceiro, houve um desentendimento e houve troca de empurrões. Eram estimulados a brigar pelos seus parceiros, por terem a mesma altura.

Noutra situação semelhante, Alemão exigia que Renato lhe devolvesse o dinheiro que teria roubado e ameaçava bater-lhe. Como Renato não deu atenção à ameaça de alguém com o mesmo porte físico, Alemão foi então reclamar a um menino maior, seu parceiro Negão, que foi intimidar o menino. Renato, por sua vez, reclamou com seu parceiro Anjinho, maior que ele, mas este o mandou devolver o dinheiro, e ele obedeceu. Alemão parecia então querer obter mais

¹⁰⁶ Knauth, VÍctora e Leal, 1998.

¹⁰⁷ Ariés, 1975, p.40.

dinheiro do menino, para completar a quantia necessária para comprar a cocaína para uso injetável, e insistiu que a quantia roubada era maior. Alemão ameaçou bater em Renato, e Anjinho interferiu, reclamando que Alemão seria maior que Renato. Negão e Anjinho colocaram os meninos lado a lado e mediram a altura dos dois. Logo perceberam que Alemão era maior, portanto os dois não poderiam brigar. Seriam os maiores que teriam que resolver a situação brigando, mas Anjinho reclamou que Negão seria maior que ele. O primeiro tira os tênis e compara sua altura com o outro, e acabou que os dois também não poderiam brigar, caso contrário Anjinho reclamaria a um amigo maior que Negão teria se *arriado* nele.

Os meninos reclamavam dos maiores que se *arriam*, batem ou exigem que eles peçam dinheiro. Em decorrência disso, têm amizade com outros meninos maiores ou com adultos, que servem como referência em alguma disputa.

A compreensão da importância das imagens que são valorizadas pelos meninos foi auxiliada pela fotografia. Num final de tarde, fotografava o cotidiano dos meninos quando um deles pediu a máquina fotográfica. Auxiliei-o no uso do equipamento, e ele quis fotografar os amigos, que posavam sorrindo e exibiam os músculos e o pênis, símbolos de masculinidade. Nesse jogo de espelhos, imagens diferentes daquelas que eram dirigidas às pessoas a quem pediam dinheiro e a mim eram montadas frente a outros meninos.



Foto 09 – Os meninos tirando fotos de si mesmos

O estudo etnográfico de Lisiane Koller Lecznieski nos ajuda a entender esse uso do corpo entre os “meninos de rua”. A autora destaca o ethos popular ao invés do aspecto desviante dessa população, onde seriam características do “guris de rua”, observados em Porto Alegre, a “mistura de idades, o distanciamento da disciplina escolar, o desejo de ser visto como adulto, o estilo de linguagem, os valores masculinos, a importância maior dada ao trabalho em detrimento ao estudo”¹⁰⁸.

O corpo “da rua”

Observava nas relações dos meninos *da rodoviária* um corpo “da rua”, distinto da imagem hegemônica do corpo que se configura com o desenvolvimento do capitalismo.

Para entender a hegemonia de um saber sobre o corpo, Michel Foucault propõe compreender esse saber como um poder que resulta de correlações de força, “as estratégias em que se originam e cujo esboço geral ou cristalização

¹⁰⁸ Lecznieski, 1992, p. 177

institucional toma como corpo nos aparelhos estatais, na formulação da lei, nas hegemonias sociais”¹⁰⁹. O poder só é possível porque emprega seu mecanismo como “chave de inteligibilidade do campo social”, sendo “imaneente nas relações” e “atravessado de fora a fora por um cálculo”.

Foucault analisa as técnicas de autocontrole que se erigem a partir do século XVIII, com o desenvolvimento de um saber sobre a sexualidade, que visavam maximizar a vida do corpo individual, numa “problematização da saúde e de suas condições de funcionamento”¹¹⁰. Esse saber teria sua origem na classe burguesa, que autoafirma seu corpo movendo campanhas de moralização ao proletariado e, posteriormente, novas tecnologias biomédicas de controle e maximização da vida, o bio-poder e as bio-políticas.

Para entender a diferença instaurada nesse corpo “da rua” em relação à imagem hegemônica, proponho entender a relação entre o corpo individual e o simbolismo social. Conforme Mary Douglas, o corpo seria “um microcosmo da sociedade, que se enfrenta com o centro de onde emana o poder, que reduz ou aumenta suas exigências em relação direta com a intensificação ou relaxamento das pressões sociais.”¹¹¹ A autora observa que a complexificação das normas, o aumento do controle social sobre o indivíduo, tende a descorporificar as formas de expressão, uma relação diretamente proporcional.

Esse corpo “da rua” seria uma imagem comunicada pelos meninos nas táticas de *pedir*, táticas que escapam às normas e ao controle, aos lugares de saber, sendo extremamente corporificadas. Essa imagem só é possível dentro de uma sociedade que produz formas de inclusão informais e marginais, promovendo a “desarticulação da organização social que adquire sua expressão simbólica na dissociação corporal”.¹¹²

¹⁰⁹ Foucault, 1999, p.89

¹¹⁰ Foucault, 2000.

¹¹¹ Douglas, 1978, p.97

¹¹² idem p. 100

O relaxamento desse controle, observado nas relações entre os meninos no território *da rodoviária*, torna a forma de expressão extremamente corporificada. Isso é observado na verificação do tamanho do corpo para resolver conflitos e nas imagens de masculinidade em que são exibidos os músculos e pênis.

Nas relações com os outros é montada essa imagem inscrevendo sobre os corpos os símbolos da pobreza, do abandono e da doença. Em relação aos “meninos de rua” de outros territórios é que irrompe a imagem do *tomador*, daquele que consome cocaína pela via injetável.

5. JOGO DE AGULHAS: APARELHOS DE ENCARNAÇÃO

Numa noite iluminada por postes e luminosos comerciais, caminhei até o campo para observar os meninos. Após procurá-los na estação rodoviária, fui até um dos viadutos próximos. Ao chegar, vi um grupo escondido num canto escuro sob o viaduto. Atrás de tábuas de compensado vislumbrei a claridade de uma vela e entendi que eles estavam consumindo droga, como já havia presenciado outras vezes. Um deles viu que alguém se aproximava e falou asperamente “Quem está vindo aí?”. Me identifiquei e fui ao encontro deles.

No grupo estavam quatro meninos, todos aguardando a sua vez para que Japonesa lhes aplicasse a dose de cocaína. Cada um já tinha a dose preparada em seringas individuais que seguravam em suas mãos ansiosas. Quando cheguei, já havia sido aplicada a dose em Adonis, que fora orientado a sair dali. Sentei próximo e aproveitei para fotografar. Inicialmente, Anjinho e Negão reclamaram, mas procurei reafirmar o propósito das fotos. Fiquei à distância e fotografei, sem flash, Japonesa aplicando uma dose, após várias tentativas, em Negão.



Foto 10 – Japonesa aplica a dose de cocaína em Negão

O silêncio só não era maior que a penumbra. Anjinho tentou auto-administrar sua dose de cocaína, introduzindo a seringa na pele e procurando por uma veia, sem sucesso. Japonesa aplicou nele e depois, escondido sob um cobertor, se auto-administrou. Todos ficaram com os olhos bastante abertos por cerca de dez minutos, vigiando o movimento de pessoas ao longe. Depois acenderam e fumaram cigarros de tabaco.

Em vários encontros com os meninos, observava como a seqüência dos atos nas cenas do uso de droga injetável culminava em efeitos característicos sob os meninos *da rodoviária*. Para que seja possível a análise antropológica do uso de drogas pelos sujeitos, busco primeiro me afastar de uma leitura que considere a droga simplesmente como um problema construído, quase como falso, em uma leitura equivocada da idéia de simbolismo¹¹³. Ainda me afasto da posição contrária que vê na “natureza” da substância sua eficácia sob os sujeitos individuais¹¹⁴.

¹¹³ Me refiro aqui à leitura de Sérgio Carrara da obra de Marcel Mauss, que destaca a ‘natureza’ sui generis da técnica humana que teria um compromisso com a natureza, apesar de ser arbitrária, simbólica, e particular ao grupo que a gera como qualquer outro fenômeno social. Carrara, 1994.

¹¹⁴ Penso aqui nas abordagens psiquiátricas das drogas como a de KALINA, Eduardo. *Os efeitos das drogas no cérebro humano*. São Bernardo do Campo: Bezerra, 1997, e a de SCHUKIT, Marc A. *Drug and Alcohol Abuse*. New York: Plenum Publishing, 1995.

Novamente busco no universo das práticas observadas junto aos meninos a interpretação do uso de drogas.

5.1. A performance ritual

As práticas de uso de drogas que busco interpretar são aquelas ritualizadas¹¹⁵ pelos meninos, ou seja, que eram repetidas em ocasiões especiais, apesar de ocorrem quase que diariamente. Nessas práticas, recursos comunicativos são utilizados para produzir determinados efeitos sobre os sujeitos. Nesse sentido, utilizo a definição de Stanley J. Tambiah de ritual como “um sistema de comunicação simbólica culturalmente construída. Ele é constituído de seqüências de palavras e atos ordenados e padronizados, freqüentemente expresso em múltiplas mídias.”¹¹⁶

A noção desenvolvida por Tambiah permite unir a forma e conteúdo a partir do sentido performático do ritual. Este teria a função de convencer os participantes dos códigos culturais da sociedade em questão, através de concepções que compõem sua cosmologia e se definem por serem “inquestionáveis”, ou seja, não podem ser sujeitos ao critério de validação, e “tradicionalizáveis”. Diferentes autores desenvolvem como o “problema drogas” em nossa sociedade apresentaria essas características¹¹⁷.

¹¹⁵ No estudo etnográfico de Jean-Paul C. Grund junto a usuários de droga injetável em Roterdã, Holanda, o autor utiliza a teoria do médico Zinberg sobre o ritual do consumo de drogas que refere-se ao comportamento estilizado e prescrito ao redor do uso, incluindo métodos de procurar e administrar a droga, seleção de cenários físicos e sociais para o uso, atividades depois da administração e métodos de prevenir efeitos indesejados. O autor postula que o controle do uso de drogas é determinado pelo ritual e por sanções sociais, que são as normas informais, leis e políticas sobre o uso de drogas. Grund irá introduzir um novo fator ao controle do uso, à estrutura de vida, que inclui atividades regulares, relacionamentos e aspirações. Esse último fator é afetado pela proibição da droga, que leva à estigmatização do usuário. No conceito que utilizo, neste capítulo, me diferencio da abordagem de Grund ao buscar integrar a cultura, o conteúdo, e a forma, o ritual, através de seu aspecto performático, me preocupando com o que o ritual torna comunicável ao invés do que ele determina. GRUND, 1996. ver também em MACRAE, 1994, as linhas centrais da teoria de Grund.

¹¹⁶ Tambiah, 1985, p.128.

¹¹⁷ ver Eschofado, 1995, que assinala a experiência de ingestão de substâncias que alteram o psiquismo humano como recorrente em diferentes culturas humanas, sendo no século XX, com os avanços da biomedicina e da sociedade de consumo que os usuários de drogas serão tratados

No ritual, os códigos culturais, caracterizados pela sua distância de expressões espontâneas e intencionais dos indivíduos, são comunicados em ações convencionalizadas e estereotipadas, como gestos e falas, que possibilitam aos sujeitos aprender a apreendê-los. Assim, o significado é definido em termos do padrão reconhecido e conhecimento configuracional, tornando-se eminentemente público¹¹⁸. Em relação ao aspecto performático do ritual, nos interessa a repetição e estereotipicidade dos gestos que intensificam os códigos culturais.

5.2. Tomar uma dose, o ritual do uso de cocaína injetável

Diferentes drogas são consumidas diariamente pelos meninos *da rodoviária*. Observei o uso de solventes, cigarros e bebidas alcoólicas em locais públicos e sem maiores acusações que, como descrevemos acima, são códigos que compõe essa imagem de “meninos de rua”. Porém, o uso de cocaína injetável tem um significado diferenciado tanto para os meninos *da rodoviária* quanto para aqueles de outros territórios. Ele é recente entre os meninos, tendo sido referido apenas na última década e tem relação com a epidemia de AIDS¹¹⁹. Entendo que a valorização social negativa do uso de droga injetável em sua associação com a epidemia de AIDS se tornou um código cultural dentro do território *da rodoviária* que ganhará um significado na ritualização.

como doentes mentais; Baratta, 1994, que caracteriza a atual política de drogas em nossa sociedade como um “sistema ‘auto-referencial’, isto é, que se auto-reproduz ideológica e materialmente”; Bucher, 1996, analisa documentos nacionais e internacionais e apresenta a ideologia de “combate as drogas” que norteia as ações que tratam desse problema social; Zaluar, 1994, analisando o mal da drogas aponta para “reencantamento do mal e o reaparecimento das dicotomias nítidas entre o bem e o mal(...) tornaram-se uma preocupação pós-moderna”; Vargas, 1998, lança a hipótese de um “dispositivo droga” que gozaria do “paradoxal estatuto social de ser tão reprimido quanto incitado”

¹¹⁸ Tambiah, 1985.

¹¹⁹ Piccolo, 2001, demonstra como o consumo de drogas pode levar a uma situação de acusação e marginalização do usuário, que vai se somar à acusação de vítimas-culpadas pelo aumento da epidemia de AIDS que torna o usuário de droga injetável objeto de intervenções, ganhando visibilidade social.

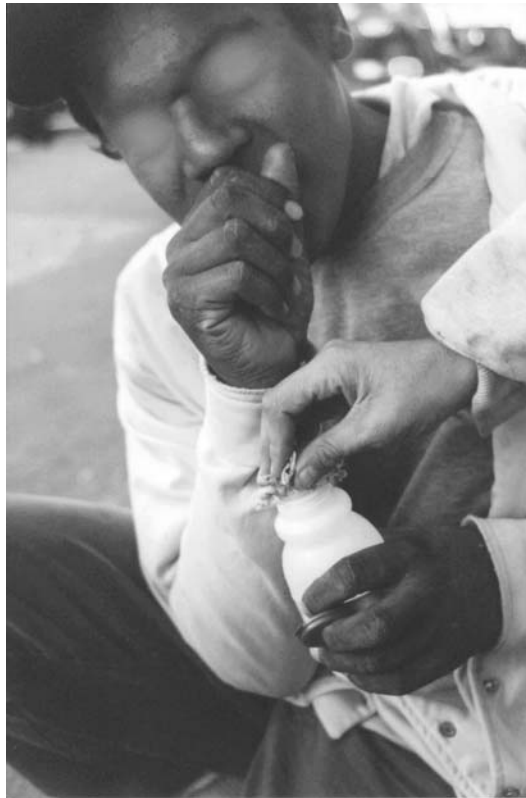


Foto 11 – Uso e venda de *loló* pelos meninos em frente à estação rodoviária

A preparação dos objetos e substâncias

A cocaína que será consumida é comprada a partir do dinheiro que os meninos obtém *pedindo* na estação rodoviária e em outros lugares. Observei que muitas vezes bastavam menos de duas horas para acumularem o dinheiro entre dois, três ou mais meninos.

Conforme informações dos meninos, a cocaína tem um preço relativamente alto: cinco reais a menor porção, que possibilita uma dose para até duas pessoas. Geralmente era comprada uma quantidade maior com a soma do dinheiro de mais meninos, um *papel* de vinte reais, que poderia ser aplicada em mais pessoas ou em doses maiores para aquelas que adquiriram o recurso. A droga é adquirida junto a traficantes de vilas distantes do centro da cidade. São os meninos menores

que, por poderem viajar de ônibus gratuitamente, deslocam-se até a vila para comprar a droga.

O equipamento para o ritual é basicamente a seringa com uma agulha, um pote e água para diluir a droga. As seringas eram obtidas com regularidade semanal dos agentes do Programa de Redução de Danos. Os meninos preferiam a utilização de seringas novas, mas sua ausência não impedia o uso. No momento da injeção, como veremos adiante, cada menino tem uma seringa individual. As seringas usadas, na ausência de novas, eram guardadas dentro da roupa ou escondidas nos *mocós*, em frestas nas paredes ou debaixo de pedras. Observei também a prática de lavar as seringas com água, com o objetivo de reutilizá-las em seguida.



Foto 12 – Myke limpando com água as seringas que serão reutilizadas

O pote para diluição poderia ser qualquer objeto côncavo, desde dosadores distribuídos pelo Programa de Redução de Danos, até uma tampa de garrafa ou fundo de lata. A água para diluição da droga vem de qualquer fonte próxima, como torneiras de bares, e é armazenada em garrafas plásticas de água mineral. Outro

equipamento acessório que alguns meninos mais utilizam é um cordão para garrotear¹²⁰ o braço, que geralmente é o mesmo usado para segurar as calças.

Quando os meninos menores que foram comprar a droga retornam, todos os meninos *da rodoviária* se dirigem para a o *mocó* onde se desenrolará o ritual. O *mocó* pode ser organizado para o ritual, um papelão para sentar ou uma vela para iluminar.

Nos materiais que serão utilizados no ritual transparece uma lógica de utilizar aquilo que estiver à mão, a lógica da itinerância observada entre os meninos.

Os aparelhos de encarnação

Com a chegada da droga, havia uma certa urgência de consumi-la. Os rituais que observei duravam cerca de vinte minutos, desde a preparação até o fim do efeito da droga.

O primeiro ato começa ao colocar a dose de cocaína dentro do pote, seguido de sua diluição com água. A própria seringa será utilizada para mexer a solução que em seguida será aspirada. Esse processo será realizado pelo participante mais hábil em encontrar o acesso venoso.

A dose coletiva é então transferida para as seringas individuais segundo critérios de participação na compra, habilidade para o injetar e tamanho do corpo. Se um menino não mendigou junto com os outros não receberá uma parte da dose. Os meninos menores recebem doses menores. Aqueles que têm a habilidade de injetar podem se especializar nessa função, não necessitando *pedir* junto com os outros na estação rodoviária para receber uma parcela da dose.

¹²⁰ Técnica corporal que consiste em apertar o braço para diminuir o retorno venoso, tornando as veias mais visíveis.

Nessa fase os meninos discutem e trocam acusações sobre a quantidade de drogas a ser transferida para seringa e ainda conversam entre si.



Foto 13 – A dose de cocaína comprada com o dinheiro de todos é aspirada em uma seringa e depois transferida para as outras

A técnica de injetar é central no ritual e está presente na fase mais tensa. Ela consiste em saber encontrar, apalpando no braço, uma veia, inserir a agulha sob a pele e observar o refluxo de sangue. Após esse momento, o participante irá manipular individualmente a seringa, enchendo de sangue e impulsionando o sangue para o interior da veia. Nessas ações a veia pode romper e a dose de cocaína ser depositada sob a pele, provocando infecção e ferida, o *abcesso*.

A fase de injeção no ritual é extremamente silenciosa, onde todos prestavam atenção às agulhas entrando e saindo da pele. O participante mais hábil injeta nos outros e depois em si.



Foto 14 – Japonesa aplicando cocaína em parceiro enquanto Franjinha espera sua vez

Nessa fase são inscritos nos corpos os códigos dessa prática marginalizada de consumir droga injetável, inclusive em relação a outras drogas por sua associação à AIDS. Os *aparelhos*, como os meninos nomeavam as seringas, se inserem na “série de objetos destinados a gravar a força da lei sobre o seu súdito, tatuá-lo para fazer dele um demonstração da regra, produzir um ‘cópia’ que torne a norma legível”¹²¹.

Muitas vezes o sangue escorria pelo corpo, manchando a pele e as roupas. Alguns meninos buscavam parar o fluxo de sangue com pedaços de papel ou algum tecido sujo que tinham a mão.

¹²¹ Certeau, 2000, p.232.



Foto 15 – Edmilson pressiona um pedaço de papel para estancar o sangramento

Caso a quantidade de cocaína fosse maior que a necessária para uma aplicação em cada um, uma nova dose poderia ser aplicada após ser encerrada a última fase, repetindo todo o ritual.

O mal

Na última fase do ritual os meninos estavam sob efeito da droga. Mas esse efeito, mais que uma propriedade da droga, é um código cultural, uma forma de sentir o corpo ligada à concepção do uso de drogas ilícitas, como um mal que traz danos à saúde dos meninos e leva a *pegar a tia*, isto é, se infectar com o vírus da AIDS.

Após o ritual, conversamos sobre o efeito da droga sentados no *mocó*. Falei de minha surpresa com o jeito calmo de Myke que, diferente dos outros, conversava comigo após a aplicação, como se nada tivesse acontecido. O menino havia começado a participar diariamente do ritual há pouco tempo. Soube que ele já havia participado no passado algumas vezes, quando ficava pequenos períodos

na *rodoviária*. Japonesa falava que parecia que não tinha *tomado*. O adulto que cresceu na rua e se especializou em aplicar as *doses* nos meninos, contou que só aplicava “um vírgula cinco”¹²² no menino por este ser pequeno, diferente do Edmilson em quem aplicava já 3 ou 4 pauzinhos. Este último ficava por cerca de vinte minutos olhando fixo em alguma direção. Myke repetia as expressões e gestos esteriotipados dos amigos depois da aplicação da droga. Disse que só sentia os dentes tremendo e um calor na garganta que em seguida descia e ele pensava que iria “cagar nas calças”. Japonesa falou que tinha gente que via “bichinhos”, como B.A., que saía correndo ou procurava bichos pela roupa. Este corria, pulava a cerca e ia furtar alguém, *fissurado*, e por isso acabou preso várias vezes. Chinesa disse que ficava bastante apavorado também, que ficava pensando que “os homens” iam chegar ou alguém querendo “o mal”.



Foto 16 – Myke observa Anjinho e Franjinha sob efeito de cocaína atentos ao fluxo de carros (montagem a partir de duas fotografias em seqüência)

¹²² Unidade de medida que corresponde à divisão em dez unidades impressa na seringa de um mililitro.

Esse fenômeno já foi observado por Howard Becker, onde “o conhecimento acumula-se em grupos de uso ilícito de drogas, quando os consumidores estão em contato uns com os outros e comunicam os resultados de sua pesquisa pessoal uns aos outros livremente”¹²³.

A distância entre as experiências individuais produzidas pela substância no organismo e a concepção sobre a droga é produzida pela performance do medo¹²⁴, que é intensificada nessa concepção da repetição dos gestos e expressões e produz o sentidos que são compartilhados pelos meninos.

Nas quatro fases do ritual de uso de drogas o padrão reconhecido é aquele baseado na lógica da itinerância, da busca da droga em outro local, da manipulação ritual do que se tem à mão, e na centralidade do corpo como o meio de comunicação onde é inscrita a concepção da droga como um problema. A repetição ritualística leva os sujeitos a aprender a apreender a concepção de medo e mal que a droga provoca no consumidor.

Dar um tempo

Os meninos muitas vezes buscavam parar com o uso da droga, *dar um tempo*. Observava que esse desejo era produzido a partir dos códigos de masculinidade que, como vimos, são valorizados nas relações entre os meninos. Segundo um menino, “Tô emagrecendo. Vi que tomar não era.”

Na etnografia de Jardim sobre uma vila de classe popular, o uso de drogas é “lugar comum”, não sendo “uma condenação do usuário de droga, mas àqueles que, com o uso, perdem elementos que compõem o status valorizado de virilidade e masculinade.”¹²⁵

¹²³ Becker, 1977, p.196.

¹²⁴ Marcel Mauss demonstra como os sentimentos são sociais e por isso fazem sentido e podem ser comunicados. Mauss, 1974.

¹²⁵ Jardim, 1998, p.116.

A possibilidade de parar com o uso de cocaína pela via injetável, com a dose, estava associada com a estadia por algum período em casa ou em alguma instituição, ou seja, nos termos de Perlonguer, uma reterritorialização. Essa circulação por outro território podia ser dificultada pela impossibilidade de manipular os códigos daquele território, mesmo que já fossem comuns, como a falta de uma roupa limpa e banho para *dar um tempo* em casa; o acesso ao serviço de saúde que exige documentos e uma conduta adequada, que fazia com que os meninos só procurassem as emergências quando apresentavam quadros de risco eminente de vida; ou ter mais que 18 anos e não poder usufruir das instituições de proteção dos direitos da criança e do adolescente.

5.3. A fissura da rua

No convívio com os meninos percebia suas dificuldades em expressar suas experiências no território *da rodoviária*. A imagem de “menino de rua” inscrita em seus corpos não é apenas um “meio de sobrevivência” eficaz na atividade de *pedir*, para conseguir dinheiro para a próxima dose ou alimentos. Viver no território *da rodoviária* exige vigília constante para não ser alvo fácil das violências a que estão sujeitos.

Compreendi melhor isso certa noite, quando voltava para casa após conversar com os meninos, e encontrei Anjinho. Extremamente sujo e atento ao movimento das pessoas que passavam, o menino branco de dezoito anos me deu pouca atenção quando falei com ele. “Estou fissurado.” me respondeu quando reclamei sua atenção. Disse ainda “Vou puxar uma bolsa.” quando perguntei-lhe o que fazia ali. Um menino, com mais tempo de rua, havia explicado que não se rouba no lugar onde se fica pois *suja*, ou seja, atrai a atenção e ações repressivas de policiais .

Sentia que Anjinho não estava bem, caso contrário não roubaria ali. Propus tirarmos fotos, emprestando o equipamento, e logo estávamos conversando. Comentei que sentia falta de sua acolhida afetuosa quando o encontrava

atualmente. Ele contou que tinha dificuldades para voltar para a casa da mãe, onde iria “dar um tempo nas drogas”. Havia brigado com ela e também faltariam roupas limpas para ir para casa. Entendi que Anjinho estava bastante cansado quando o vi pegar uma caixa de papelão e ir se acomodar entre os mendigos para dormir. Para dormir no *mocó* teria de esperar mais umas cinco horas, até que um conhecido, que possuía uma arma, chegasse e ele tivesse alguma proteção contra ameaças recentes de morte que lhe haviam feito. Antes de dormir, ganhou um pão e um copo de leite de uma mulher que distribuía lanches aos mendigos, mas ainda comprei um cachorro-quente, que ele solicitou para aplacar sua fome.

Nesse relato etnográfico, Anjinho falava estar *fissurado*, expressando o que estava sentindo através de uma categoria que diz respeito à dependência de drogas. Acompanhado-o, observei que estava bastante vigilante pelo sono e pelo medo de sofrer alguma agressão. Tinha fome e dificuldades em retornar para casa. Estava para realizar uma ação passível de punição pelos outros meninos da área, ou seja, o roubo na área. Esse emaranhado de experiências e problemas da vida “na rua” eram expressos através da categoria *fissura*.



Foto 17 – Anjinho fala que está *fissurado*

Outro dia perguntava a Maltinha, que acabava de fugir de uma instituição pública de atenção à criança e adolescente, qual a razão dele fugir daquele local onde, conforme me relatou, cumpria pena de um ano tendo que ficar lá durante os dias da semana jogando bola, entre outras atividades que gostava. Ele explicou que deu *fissura da rua*.

Esta também é a percepção dos interventores sociais, como indica o estudo Hélio Silva e Claudia Milito sobre “meninos de rua” no Rio de Janeiro. Segundo estes profissionais, além do vício das drogas, o “vício da rua” faz com que os meninos permaneçam nas ruas mesmo depois de terem obtido os recursos que buscavam¹²⁶.

O “vício da rua” se torna preocupação de Rita de Cássia Marchi na etnografia sobre o cotidiano de crianças pobres no centro de Florianópolis.

“O vício da rua é o que está, então, por detrás da sua unânime alegação de que estão na rua ‘porque gostam’, ‘porque querem’, ‘porque sim’. Esta auto-acusação, no entanto, tem também um lado de inimizabilidade, de pedido de indulgência, pois, no seu entender, vício é algo que se apossa do sujeito mesmo contra a sua vontade, algo do qual não se consegue libertar, ainda que se queira. Quase como se fosse uma ‘doença’.”¹²⁷

A autora observa que as crianças na rua teriam um fácil acesso às drogas, onde o uso de cola de sapateiro é freqüente, demarcando a identidade de quem é de rua diferenciando dos outros, os pequenos pedintes e trabalhadores, que se associa ao não dormir em casa e não roubar. Para a autora, a produção do problema “meninos de rua” está além da região moral da rua, pois os sujeitos carregam a “culpa pelos males que afligem nossa eruptiva epiderme social¹²⁸”, sendo alvo de diferentes intervenções em que os sujeitos buscam afirmar sua diferença.

¹²⁶ Milito e Silva, 1995

¹²⁷ Marchi, 1994, p. 138.

¹²⁸ Idem. p. 232

Ao falar dessa experiência da itinerância na rua, os meninos *da rodoviária* utilizam a categoria da *fissura*, dentro do campo semântico do vício e da dependência de drogas. Como já destacamos antes, ao montar em seus corpos essa imagem de “menino de rua” os meninos inscrevem os códigos do abandono e da doença. Podemos compreender agora como o uso inadequado de drogas, aquele reproduzido dentro da atual conjuntura sócio-política, também trará códigos para esse corpo “da rua”, que os sujeitos aprendem a apreender na performance ritual do uso de drogas.

6. O PERCURSO

A possibilidade de um estudo de campo de sujeitos em sua itinerância na cidade exigiu um novo saber. Foi nesse saber itinerante que é a antropologia, em sua territorialidade que percorre praticamente todo o globo terrestre e somente pode ser delimitada a partir dos códigos culturais das sociedades que nele vivem, que encontrei terreno fértil para desenvolver esse estudo.

Um estudo local que pode romper com o determinismo de problemas sociais como os “meninos de rua”, a epidemia de AIDS, as drogas, e se inserir nos quadros maiores de estudos de grupos humanos numa atitude significativa para com as coisas, com os outros e consigo mesmo. Os resultados permitem pensar novas formas de intervenção nas estratégias de prevenção da infecção pelo vírus da AIDS para além do caráter individualista e racionalista das campanhas¹²⁹.

O posicionamento como agente de promoção da saúde esteve presente no desenvolvimento do trabalho de campo, ao acompanhar os meninos aos serviços ou orientá-los sobre seus direitos, e junto aos serviços de atenção a essa população, onde esse conhecimento pode aproximar os trabalhadores sociais do mundo dos meninos. A compreensão dessa imagem rompe com as leituras utilitaristas das condições de vida dessas pessoas, feitas a partir da racionalidade do sistema capitalista, que os vêem a partir de suas faltas, negativamente. Esse olhar sobre os “meninos de rua” fomenta as ações assistencialistas e o código de

¹²⁹ Rouco, 1999.

abandono que delimita essa imagem que será montada pelos meninos em suas táticas de mendicância.

O agravamento da saúde pela AIDS e os danos decorrentes do consumo inadequado de drogas são códigos que fazem parte do território *da rodoviária*. Mais que um fato biomédico, é um fato social que, em alguma medida, também explica como esses meninos dão sentido ao mundo. Não reificando o mundo da rua, ao romantizá-los como invencíveis ou portadores de uma lógica própria num mundo distante. Deixando de lado o maniqueísmo que vem mediando a discussão pública desses temas, essa imagem do “menino de rua” que se inscreve nos corpos dos sujeitos é verossímil e reflete as lacunas das políticas públicas voltadas a essa população¹³⁰.

No cotidiano dos sujeitos estudados, observamos o desenvolvimento de técnicas corporais correspondentes à imagem construída historicamente sobre o “menino de rua”. A construção simbólica do corpo “da rua” se dá numa ação tática que leva em conta o lugar do outro, as pessoas que circulam na cidade. Assim a sujidade, as roupas rasgadas, o uso de *loló* em locais públicos, as feridas decorrentes do consumo inadequado de cocaína injetável, são símbolos naturais desse território desarticulado e precário. Esses símbolos estão presentes no imaginário das pessoas com quem os meninos se relacionam. No território *da rodoviária* a morte pode ser anunciada e narrada, de encontro à familiaridade que os meninos tem com a doença, em especial à AIDS, à violência e aos danos decorrentes do consumo inadequado de drogas.

Aquelas práticas do uso de drogas que antes pareciam incompreensíveis, ganham sentido nas relações que os sujeitos estabelecem com as concepções sociais sobre o “mal das drogas”. Essas práticas são ordenadas em um ritual que ganha uma forma ligada à itinerância dos meninos e à precariedade do território, que inscreve essa imagem de “menino de rua” *da rodoviária* nos corpos dos sujeitos.

¹³⁰ Castro et alii, 2001.

A representação do problema do consumo de drogas ilícitas no território *da rodoviária* não corresponde exclusivamente à entidade biomédica da dependência química. A categoria *fissura* pode ser utilizada para expressar uma diversidade de experiências corporais relacionadas às concepções de corpo daquele território.

O contexto do trabalho de campo enquadró as falas e formas de expressão. O posicionamento em relação à prevenção da infecção pelo vírus HIV e a redução dos danos decorrentes do consumo inadequado de drogas enfocou mais as questões levantadas nesse estudo do que outras. Por outro lado, a observação participante de diferentes situações enriqueceu o material etnográfico, pois muitas vezes observava os sujeitos interagindo sem a participação ativa do pesquisador.

EPÍLOGO

Fui me despedir dos meninos numa tarde ensolarada de sábado. Tinha pouco tempo para falar com eles, pois estava organizando minhas malas e minha vida para deixar a cidade de Porto Alegre. Virando pelo avesso a atitude dos estudos de antropólogos tradicionais, deixo o campo na cidade próximo à academia para ir escrever a dissertação numa comunidade interiorana na selva amazônica.

Cheguei na estação rodoviária apenas com a roupa do corpo, sem a habitual máquina fotográfica e uma bolsa com um bloco de anotações. Como sempre, não sabia quem iria encontrar, mas buscava alguém para explicar o motivo de minha viagem. Gostaria de ter levado algum presente para eles, mas a falta de tempo não permitiu organizar algo mais elaborado que uma fala de despedida.

Na área de desembarque vi o pequeno Myke, onze anos, vestindo apenas uma calça velha e suja, grande demais para ele, e tênis velhos. Fui me aproximando e logo eram visíveis as marcas de feridas secas cobrindo grande parte do corpo. Ele conversava com os carregadores da estação. Ao chamá-lo pelo nome, me olhou atravessado “Não te conheço.” Estava quase me convencendo de que, por alguma razão, Myke não iria conversar comigo, quando ele me cumprimentou alegremente. Questionei-o sobre as feridas, que o teriam levado à internação hospitalar alguns dias antes, segundo seus amigos me informaram e ele comentou rapidamente que estava melhor.

Encontrei em seguida um menino que há muito não via na *rodoviária*, há cerca de três anos. Conversamos e confirmei que era Márcio, agora com uns 16 anos. Estava com roupas limpas, há pouco tempo na rua. Anjinho também estava ali, sentado na calçada, com os cabelos cortados e pintados de vermelho. Todos pediam junto aos táxis que paravam.

Também avistei Bitão, com os cabelos loiros e longos. Myke me levou para falar com ele, que imediatamente reclamou que eu não teria ido levar nem uma carteira de cigarro para ele enquanto esteve na Febem. Bitão teria voltado numa semana para rua e na outra fora preso, ficando um mês no Presídio Central, pois completou a maioridade. Myke lhe pediu que mostrasse a barriga, chegando a erguer a camiseta do amigo. O menino me contou que estava gordo agora, e Bitão se vangloriava disto.

Outro que estava de volta à *rodoviária* era Vampirinho. Contou que teria apanhado da Japonesa, eram visíveis as marcas em seu corpo. Estava interessado em voltar a fazer os exames para tomar a medicação para AIDS e queria voltar a falar com a enfermeira. Reforcei que isso era fácil, bastava ir até o serviço da prefeitura. O grupo me contou que Negão fora preso devido a um furto. Ainda soube que Renatinho, Franjinha e Edmilson também estavam na rua.

Percebi uma agitação nas proximidades e logo vi um vigilante, aparentando uns 50 anos, carregando Myke pelo braço e o jogando fora da área de desembarque. Indignado, o menino passou a jogar pedras em direção ao vigilante, que fez menção de puxar o cassetete e ir bater no menino, que recuava e avançava de acordo com a atitude do vigilante, que demonstrava dúvidas sobre como agir. O *guardinha* foi buscar ajuda. Logo apareceram outros dois vigilantes, mais um policial militar. Bitão, preocupado, buscava explicar para os vigias que era apenas o Myke, e que estava agindo daquela maneira para evitar represálias em relação a eles. Um vigilante se aproximou e expulsou Vampirinho dali. Em seguida veio em minha direção e questionou se eu estava pedindo ali também. Disse que era amigo dos meninos e ele entendeu, pela minha fala, que era diferente deles e saiu.

Fui sentar junto com os meninos no meio-fio, perto dali. Logo estavam reunidos, em um círculo, Bitão, Anjinho, Vampirinho, Márcio, Renan e Myke. Bitão e Myke “encenaram” uma briga. O primeiro criticava o menino por ter jogado pedras nos *guardinhas*, que se defendia reclamando da ação do guarda que o tratava como criança. Logo os dois se deram as mãos e sorriram um para o outro, ressaltando sua amizade.

Parei e pedi a palavra naquele singular grupo. Falei a todos que iria viajar e não voltaria ali por bastante tempo pois iria trabalhar no outro extremo do Brasil. Surgiram dúvidas de onde seria este lugar distante, e expliquei ao atento grupo. O segundo ponto da “pauta” foi o albergue que começaria a funcionar dali a alguns dias. Em seguida os meninos me expuseram suas demandas: albergue de adultos para Bitão e Vampirinho e tratamento da AIDS para este último. Como todos estavam demonstrando interesse no novo albergue, liguei de meu celular para a coordenadora e vários deles puderam falar com ela e combinar como iriam para lá.

O grupo só terminou quando, satisfeitos, se levantaram e me convidaram para ir até o local onde iriam comprar *loló*. Havia um relativo consenso entre eles de que usar droga injetável era um problema e, por isso, estariam usando menos. Entendo que esteja relacionado à liderança de Bitão, que associava o bom estado de saúde, estar “gordo”, a não estar consumindo droga injetável. Ali tive mais um dos “insights” sobre o ritual de uso de drogas: da mesma forma que o ritual ordena os códigos do território *da rodoviária* que se inscrevem sobre o corpo dos meninos, os sujeitos reordenam os códigos a partir de outros territórios que percorrem em sua itinerância, como suas casas e instituições.

Conversei em seguida com Renan, que a princípio se mostrava bastante “chapado” de *loló*. Logo conversava comigo com mais clareza. Falei que o via piorando na rua. e reforcei que poderia buscar ajuda com o pessoal do albergue.

Tentei encontrar os demais meninos debaixo do viaduto, mas lá dormia um jovem adulto que não conhecia. Fui perguntar por eles em outro viaduto, onde

acabei conversando com três meninos novos na rua. Estavam inalando *loló*, vestidos com roupas limpas. Vinham da vila Bom Jesus e nada sabiam dos meninos por quem perguntava, mas aproveitei para indicar-lhes o albergue. Nesse ínterim, chegaram ali duas mulheres e ouvi-os chamando uma delas por Queiquei. Falei a ela do Moisés, de quem já fora companheira, sobre seu pedido para que fosse visitá-lo na prisão, segundo uma carta que ele escrevera do cárcere. Satisfeito com tantos “encaminhamentos” e com o que havia aprendido na rua, voltei para casa a fim de organizar o equipamento para deixar minha cidade.

Cristiano Gregis

Julho de 2001, Antropólogo Social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Rubens de Camargo Ferreira. SILVA, Selma Lima da. Cenas do mapeamento rua: diários e discussões dos educadores. In: LESCHER, Auro Danny. et al. *Cartografia de uma rede*. São Paulo: Projeto Quixote, S/D. p. 9-32
- ALVIM, Rosilene. Meninos de rua e criminalidade: usos e abusos de uma categoria. In: ESTERCI, Neide, FRY, Peter, GOLDENBERG, Mirian. *Fazendo Antropologia no Brasil*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- ARIÉS, Philippe. *O homem perante a morte*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1975.
- AUGÉ, Marc. L'anthropologie de la maladie. In: *L'Homme*, 26 (1-2): 91-90, 1986.
- BARATTA, Alessandro. Introdução a uma sociologia da droga. In: MESQUITA, Fábio. BASTOS, Francisco Inácio. (org) *Drogas e aids: estratégias de redução de danos*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- BECKER, Howard S. *Uma teoria da ação coletiva*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.
- BOTH, Elizabeth. *Família e rede social*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.
- BUCHER, Richard. *Drogas e sociedade nos tempos de aids*. Brasília: Editora UnB, 1996.
- CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar y salir de la modernidad*. México: Grijalbo, 1989.
- CARRARA, Sérgio. Entre cientistas e bruxos: ensaio sobre os dilemas e perspectivas da análise antropológica da doença. In: ALVES, Paulo César, MINAYO, Maria Cecília de Souza.(org.) *Saúde e doença: um olhar antropológico*. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

- CASTRO, Mary, et alii. *Cultivando vida, desarmando violências: experiências em educação, cultura, lazer, esporte e cidadania com jovens em situação de pobreza*. Brasília: UNESCO, Brasil Telecom, Fundação Kellogg, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2001.
- CEBRID – Centro Brasileiro de Informações em Drogas. *Levantamento entre menino de Rua – 1997*. Cebrid, 2000 Referência obtida na internet: <http://www.cebrid.drogas.nom.br/LevantamentoEntreMeninosdeRua>
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- COSTA, Jurandir Freire. *Ordem médica e norma familiar*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1999.
- DAMATTA, Roberto. *A Casa & a Rua*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DAMATTA, Roberto. O ofício de etnólogo, ou como ter “anthropological blues”. In: In: NUNES, Edson Oliveira (org) *A Aventura Sociológica*, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- DOUGLAS, Mary. *Símbolos Naturales: exploraciones en cosmología*. Madrid: Alianza Editorial, 1978
- DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.
- ESCOHOTADO, Antonio. *Historia de las drogas*. Madrid: Alianza Editorial, 1995.
- SCOREL, Sarah. *Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 1999.
- FONSECA, Cláudia e CARDARELLO, Andréa. Direitos dos mais e menos humanos. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 83 - 121, maio de 1999.
- FONSECA, Cláudia. *Caminhos da adoção*. São Paulo: Cortez, 1995.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FRANGELLA, Simone Miziara. Fragmentos de corpo e gênero entre meninos e meninas de rua. In: *Cadernos pagu* (14) 2000: pp.201-234
- GEERTZ, Clifford. Os usos da diversidade. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 5, nº 10, p. 13-34, maio de 1999.
- GEERTZ, Clifford. *O conhecimento local*. São Paulo: Vozes, 2000.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 1989

- GOLDIM, José Roberto. *Pesquisa em Saúde: Leis, Normas e Diretrizes*. Porto Alegre: HCPA, 1997.
- GRUND, Jean-Paul C. *Drug Use as a Social Ritual: Symbolism and Determinants of Self -Regulation*. Rotterdam: Instituut voor Verslavingsoonderzoek, 1993.
- HERZLICH, Claudine. *A problemática da Representação Social e sua Utilidade no Campo da Doença*. In: *PHYSIS – Revista de Saúde Coletiva*. Vol. 1. Nº 2, 1991.
- JARDIM, Marta Denise da Rosa. *Negociando fronteiras entre o trabalho, a mendicância e o crime*. Porto Alegre: dissertação de mestrado defendida no PPGAS da UFRGS, 1998.
- KALINA, Eduardo. *Os efeitos das drogas no cérebro humano*. São Bernardo do Campo: Bezerra, 1997
- KNAUTH, Daniela Riva, VÍCTORA, Ceres Gomes, LEAL, Ondina Fachel. A banalização da aids. In: *Horizontes antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, nº 09, p. 171 – 202, outubro de 1998.
- LECZNIESKI, Lisiane Koller. *Pequenos homens grandes: o cotidiano de guris de rua numa praça de Porto Alegre* Porto Alegre: dissertação de mestrado defendida no PPGAS da UFRGS, 1992.
- LEFEBVRE, Henri. *A revolução urbana*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.
- MACRAE, Edward. A abordagem etnográfica do uso de drogas. In: MESQUITA, Fábio. BASTOS, Francisco Inácio. (org) *Drogas e aids: estratégias de redução de danos*. São Paulo: HUCITEC, 1994.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. Quando o campo é a cidade: fazendo antropologia na metrópole. In: MAGNANI, José Guilherme Cantor, TORRES, Lílian de Lucca. org. *Na metrópole: textos de antropologia urbana*. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.
- MAGNI, Claudia Turra. *Nomadismo urbano*. Porto Alegre: dissertação de mestrado defendida no programa de Pós Graduação em Antropologia Social da UFRGS, 1994.
- MALINOWSKI, Bronislaw. Objeto, método e alcance desta pesquisa. In: ZALUAR, Alba. *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.
- MARCHI, Rita de Cássia. *“Crianças espertas”: um retrato do “vício da rua” em crianças pobres no centro de Florianópolis*. Florianópolis: Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS da UFSC, 1994.

- MARCÍLIO, Maria Luiza. *História social da criança abandonada*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia Vol. I*. São Paulo: EPU, 1974.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia Vol. II*. São Paulo: EPU, 1974.
- MÉNDEZ, Emílio García. *Infância e cidadania na América Latina*. São Paulo: HUCITEC, 1998.
- MILITO, Cláudia, SILVA, Hélio R. *Vozes do meio-fio*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.
- MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. In: *Revista brasileira de História*. v.19, n.37, São Paulo, Set. 1999.
- NETO, Andrei. *Abrigo sob a elevada*. In: Zero-Hora, Porto Alegre, 25 de Outubro de 2000, p.4-5.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. *Jogos de espelhos: imagens da representação de si através dos outros*. São Paulo: Edusp, 1993.
- OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-Nação*. Petrópolis: Vozes, 1992.
- PEIRANO, Mariza. *Onde está a antropologia?*. In: *Mana*, Outubro 1997, vol.3 no.2.
- PERLONGHER, Nestor. Territórios marginais. In: *SaúdeLoucura*. São Paulo: HUCITEC, n. 4, p. 49- 69, 1993.
- PICCOLO, Fernanda Delvalhas. *“Se deixar a droga levar...” Um estudo sobre as trajetórias sociais de usuários de drogas injetáveis em uma vila de Porto Alegre*. Dissertação apresentada ao PPGAS da UFRGS, 2001.
- Programa municipal de atenção Integral a crianças e adolescentes usuários de substâncias psicoativas. *Drogas: Informação na roda*. Porto Alegre: Gráfica do Dmae, 1998.
- ROUCO, Juan José Meré. Sexualidade e mudanças de comportamentos: uma estratégia lúdica de prevenção da Aids. In: HEILBORN, Maria Luiza. *Sexualidade o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1999.
- RORTY, Richard. *Objetivismo, relativismo e verdade*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.
- SAHLINS, Marshall. *Cultura e razão prática*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

- SARTI, Cynthia A. *A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres*. São Paulo: Ed. Autores Associados, 1996.
- SILVA, Hélio. "Meninos de rua": registros de uma etnografia. In: NOVAES, Regina (org.) *Direitos humanos: temas e perspectivas*. Rio de Janeiro: Manuad, 2001.
- SILVA, Rita de Cácia Oenning da. "*A porta entreaberta*" prática e representações em torno das relações entre casa e rua junto a crianças de camadas populares em Florianópolis. Florianópolis: Dissertação de mestrado apresentada ao PPGAS da UFSC, 1998.
- TAMBIAH, Stanley Jeyaraja. *Culture, Thought, and Social Action*. Cambridge: Harvard University Press, 1985.
- TAUSSIG, Michael. *Xamanismo, Colonialismo e o homem selvagem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- TELLES, Vera da Silva Telles. *Pobreza e cidadania*. São Paulo: USP, Curso de Pós-Graduação em Sociologia: Ed. 34, 2001.
- UNICEF. *A situação da infância no Brasil em 2000*. Referência obtida na internet: <http://www.unicef.org/brasil>
- VARGAS, Eduardo Vianna. Os corpos intensivos: sobre o estatuto social do consumo de drogas legais e ilegais. In: LEAL, Ondina Fachel, e DUARTE, Luiz Fernando Dias. (org.) *Doença, Sofrimento, Perturbação: perspectivas etnográficas*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1998.
- VELHO, Gilberto. *Desvio e Divergência*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.
- VELHO, Gilberto. *Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994
- VELHO, Gilberto. *Nobres & anjos: um estudo de tóxicos e hierarquia*. Rio de Janeiro: Ed. Fund. Getúlio Vargas, 1998.
- VIANNA, Adriana de Resende B. *O mal que se advinha: polícia e minoridade no Rio de Janeiro (1910-1920)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.
- ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo*. Rio de Janeiro: Revan: Ed. UFRJ, 1994.